



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

SILVANEY DA SILVA BARROS

**AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA E AGRICULTURA
MECANIZADA NO ASSENTAMENTO AMIGOS DA TERRA EM DARCINÓPOLIS-
TO**

**PORTO NACIONAL, TO
2025**

Silvaney da Silva Barros

**Agricultura familiar, agroecologia e agricultura mecanizada no
assentamento Amigos da Terra em Darcinópolis- TO**

Dissertação ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador (a): Roberto de Souza Santos

**PORTO NACIONAL, TO
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- B277a Barros, Silvaney da Silva.
 Agricultura familiar, agroecologia e agricultura mecanizada no
 assentamento Amigos da Terra em Darcinópolis - TO. / Silvaney da Silva
 Barros. – Porto Nacional, TO, 2025.
 99 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
 – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação
 (Mestrado) em Geografia, 2025.
 Orientador: Roberto de Souza Santos
1. Assentamentos agrários. 2. Conflitos agrários. 3. Agroecologia. 4.
 Agricultura familiar. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

Silvaney da Silva Barros

**Agricultura familiar, agroecologia e agricultura mecanizada no
assentamento Amigos da Terra em Darcinópolis- TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia foi avaliado para a obtenção do título de Mestre em Geografia e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 26 / 06 / 2025

Banca Examinadora

Prof. Dr. (Roberto de Souza Santos), UFT

Prof. Dr. Aires José Pereira

Prof. Dr. (Elizeu Ribeiro Lira – UFT

*Dedico esse trabalho aos meus Pais,
Santana Barros e Valdemar Barros. A
toda minha família, ao meu orientador
Roberto Souza. Ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia da Universidade
Federal do Tocantins de Porto Nacional-
TO e todas as pessoas que me apoiaram
durante esses anos.*

AGRADECIMENTOS

Concluindo mais uma etapa da minha vida acadêmica, gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos os meus familiares e amigos que me apoiaram e ajudaram ao longo desse caminho. Agradeço a Deus por ter me guiado até aqui. Sou imensamente grato ao meu orientador, Roberto Souza Santos, pela paciência e dedicação para me orientar no desenvolvimento da minha pesquisa. A minha gratidão a banca examinadora Dr. Aires José Pereira e Dr. Elizeu Ribeiro Lira. Registro também minha gratidão a toda minha família em especial aos meus pais, Santana Barros e Valdemar Barros, e a meus irmãos, Silvany Barros e Ivaney Barros, por sempre me motivarem e apoiarem em meus estudos.

Quero, também, expressar minha sincera gratidão ao Sidnei Steves professor da UFT do Campus de Tocantinópolis-TO por ter sempre me apoiado, incentivado e motivado em meus estudos. Minha gratidão a todos os professores e funcionários do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins de Porto Nacional-TO, por todo o empenho e dedicação em me ensinar e apoiar ao longo desses anos. Agradeço também à UFT de Porto Nacional pela criação do programa de mestrado em Geografia, que foi essencial para minha entrada nesse caminho acadêmico. Um agradecimento especial aos meus amigos de mestrado Naiury, Gabriela Guilherme, Simeia Dias, Maurício, André Vinicius, José Paulo, Bruno, Jair Souza e a todos que me acolheram e ajudaram quando cheguei a Porto Nacional. Enfim, obrigado a todos os meus amigos e familiares que sempre estiveram me apoiando durante esse período que estudava em Porto Nacional.

RESUMO

Em 1960 inicia-se o processo de modernização na agricultura brasileira, que mais tarde ficou conhecida como agricultura mecanizada. Esse modelo de agricultura é caracterizado pelo uso da tecnologia, o uso de insumos químicos, o uso intensivo do solo e pela produção de monoculturas em larga escala que buscam atender os interesses do mercado internacional. A adoção dessas práticas insustentáveis utilizadas por esse modelo de agricultura gerou diversos impactos socioambientais. Dentre esses impactos, Faria (2014, p.101) aponta o: “desmatamento; o uso incorreto dos solos; a erosão; a desertificação; a perda da biodiversidade; o assoreamento dos rios; poluições; destruição de mananciais e geração de resíduos”. Dessa maneira, a busca pela produção em larga escala, bem como as práticas insustentáveis adotadas por esse modelo de agricultura e o que diferencia da agricultura familiar e da agroecologia. Essa diferença é devido a agroecologia busca resgatar práticas e técnicas remotas de biodiversidade a fim de estimular um modelo de agricultura ecologicamente sustentável e socialmente justa. Buscando dessa forma, manter ou recuperar a biodiversidade, valorizar os conhecimentos tradicionais, a cultura local e a solucionar os problemas sociais no campo. Enquanto a agricultura familiar está fundamentada na “reprodução humana”. Tendo como foco, uma produção de subsistência, baseada na mão de obra familiar. Nesse contexto, esta pesquisa busca analisar a expansão da agricultura mecanizada no entorno e dentro do assentamento, Amigos da Terra em Darcinópolis–TO. O objetivo da pesquisa é identificar e analisar os conflitos territoriais entre o assentamento e o latifúndio, identificar os impactos ambientais causados pela agricultura mecanizada no assentamento e apresentar a agricultura familiar e agroecologia como outro modelo de agricultura. Para a realização da pesquisa fez-se uma revisão bibliográfica, entrevistas, fichamento e leitura de autores que discutem a temática em questão. Foi realizada uma análise sistemática de documentos e sites de órgãos ligados à agricultura familiar, CPT - Comissão Pastoral da Terra, IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e SIG - Sistema de Informação Geográfica. Elaboração de mapas, de gráficos e tabelas para melhor ilustrar e cartografar e espacializar os dados trabalhados e analisados.

Palavras-chaves: Assentamentos agrários, Conflitos agrários, Agricultura mecanizada, Agroecologia, Agricultura familiar.

ABSTRACT

In 1960, the process of modernisation in Brazilian agriculture began, later known as mechanised agriculture. This model of agriculture is characterised by the use of technology, chemical inputs, intensive soil use, and large-scale monoculture production aimed at meeting the interests of the international market. The adoption of these unsustainable practices associated with this agricultural model has generated various socio-environmental impacts. Among these impacts, Faria (2014, p.101) points out deforestation, improper soil use, erosion, desertification, loss of biodiversity, siltation of rivers, pollution, destruction of water sources, and waste generation. Thus, the pursuit of large-scale production, as well as the unsustainable practices adopted by this agricultural model, differentiates it from family farming and agroecology. This difference arises because agroecology aims to recover remote practices and biodiversity techniques in order to promote an ecologically sustainable and socially just agricultural model. In this way, it seeks to maintain or restore biodiversity, value traditional knowledge, local culture, and address social issues in rural areas. Meanwhile, family farming is based on human reproduction, focusing on subsistence production reliant on family labour. In this context, this research aims to analyse the expansion of mechanised agriculture around and within the Amigos da Terra settlement in Darcinópolis, TO. The objective of the research is to identify and analyse territorial conflicts between the settlement and large estates, to identify the environmental impacts caused by mechanised agriculture in the settlement, and to present family farming and agroecology as an alternative agricultural model. To conduct the research, a literature review, interviews, note-taking, and reading of authors discussing the relevant themes were undertaken. A systematic analysis of documents and websites of organisations related to family farming, such as the CPT (Pastoral Land Commission), IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics), and SIG (Geographical Information System) was conducted. Maps, graphs, and tables were created to better illustrate, cartography, and spatialise the data processed and analysed.

Keywords: Agricultural settlements, land conflicts, mechanised agriculture, agroecology, Family farming.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPT - Comissão Pastoral da Terra

COOAFETO - Cooperativa de Produção e Comercialização da Produção Agrícola dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

STTR- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e

QGIS - Software de Sistema de Informação Geográfica (SIG)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Expansão da agricultura moderna no Brasil	28
Tabela 2 Expansão da soja no Tocantins	29
Tabela 3 Conflitos na região da Amazônia Legal	46
Tabela 4 Famílias impactadas pelos conflitos no Brasil	46
Tabela 5 Expansão das monoculturas de soja, milho e eucalipto no assentamento	78
Tabela 6 Área utilizada para a agropecuária em Darcinópolis-TO	83
Tabela 7 Monocultura da soja em Darcinópolis de 2000 a 2023	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do assentamento, Amigos da Terra	14
Figura 2 Identificação da proprietária e característica da fazenda	60
Figura 3 Aspectos sociais e conclusão do laudo da fazenda	63
Figura 4 Comemoração de aniversário de uma das primeiras moradoras do assentamento	65
Figura 5 Primeiras casas na agrovila	66
Figura 6 Mapa das áreas comunitárias e da agrovila do assentamento	67
Figura 7 - As primeiras casas populares em 2001	68
Figura 8 - Escola municipal construída no assentamento	69
Figura 9 Foto da rua Padre Josimo e do campo de futebol do assentamento	72
Figura 10 Gráfico sobre infraestrutura no assentamento	73
Figura 11 Foto da sede da cooperativa COOAFETO	74
Figura 12 Produtos produzidos no assentamento	75
Figura 13 Agricultores que trabalha com agricultura no modelo convencional e agroecológica	75
Figura 14 Estradas de acesso às propriedades da região da Canto Grande	77
Figura 15 Agrovila e área comunitária do assentamento, Amigos da terra	79
Figura 16 Lavoura de soja dentro do assentamento, Amigos da Terra	80
Figura 17 Vegetação e atividades agrárias no assentamento Amigos da Terra	81
Figura 18 Localização do município de Darcinópolis-TO na região do MATOPIBA	82
Figura 19 Fazendas e Monoculturas dentro e próximo do assentamento em 2024	84
Figura 20 Monoculturas no assentamento Amigos da Terra	85

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.2 Metodologia	16
2 CONTEXTO HISTÓRICO PARA O SURGIMENTO DO TERMO AGRONEGÓCIO NO BRASIL	18
2.1 Revolução Verde	18
2.2 Agricultura mecanizada	21
2.3 Agronegócio	25
3. ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS, AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA E OS CONFLITOS NO CAMPO	33
3.1 Assentamentos agrários, os desafios dos camponeses no campo	37
3.2 Conflitos socioterritoriais	44
3.3 Agricultura Familiar e agroecologia	47
3.3.1 Agricultura familiar	47
3.3.2 Agroecologia	53
4. CONTEXTO HISTÓRICO, AGRICULTURA MECANIZADA, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DOS ASSENTADOS NO ASSENTAMENTO AMIGOS DA TERRA	59
4.1 História do assentamento	59
4.2 Situação social, ambiental e econômica atual do assentamento, Amigos da Terra	71
4.3 Influência do MATOPIBA para a expansão da agricultura mecanizada dentro e no entorno do assentamento	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88

1. INTRODUÇÃO

A agricultura mecanizada surgiu em 1960 com o processo de modernização no campo. Ao abordar sobre o surgimento da agricultura moderna, Faria (2014, p.102) afirma que em: “meados de 1960, a agricultura brasileira inicia um processo de modernização com a chamada Revolução Verde”. Nesta perspectiva, a Revolução Verde foi um dos fatores principais para o surgimento da agricultura moderna.

Para Verde Campagnolla e Macêdo (2022, p.2) a Revolução Verde tem o: “foco em monocultivos estritamente produtivistas”. Dessa forma a mesma, tinha como foco a produção de monoculturas em larga escala. A partir desse processo de monoculturas em larga escala, da utilização de insumos químicos, começa a se configurar a agricultura moderna. Em 1955, com a modernização capitalista e financeira resultante da fusão agricultura e negócio, surgiu o termo agronegócio.

O agronegócio para Matos e Pessoa (2011, p.312) surge para: “designar grandes propriedades modernas que se dedicam à monocultura com o emprego de tecnologia e reduzida mão-de-obra”. Nesse sentido, o mesmo é marcado pela utilização de máquinas pesadas, pela tecnologia, pelo uso de culturas resistentes às pragas e ao uso do agrotóxico.

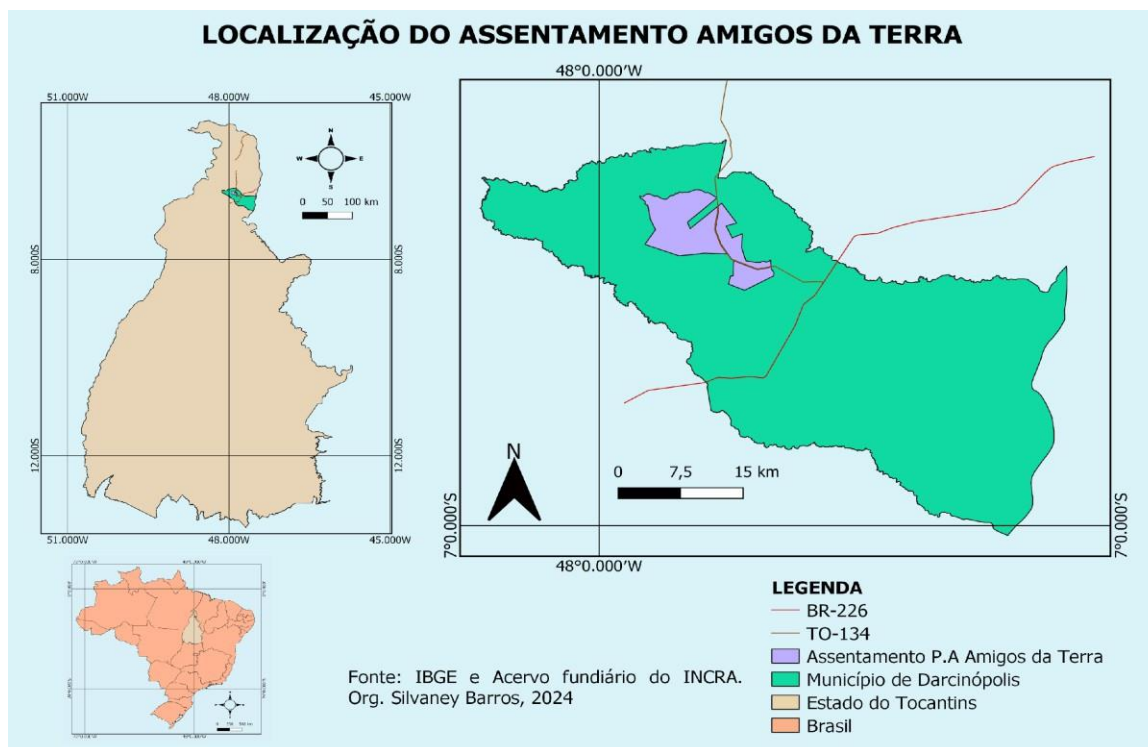
Esses modelos de agricultura mecanizada diferem da agroecologia e agricultura familiar. Para Guanziroli et al. (2001, p.113) a agricultura familiar tem como elemento chave a produção com: “base na mão de obra familiar”. Desse modo, a mão de obra familiar, a produção para subsistência é uma das características da agricultura familiar. Enquanto a agroecologia para Azevedo e Netto (2015, p.644) tem como ponto-chave a: multidimensionalidade, indo além dos aspectos tecnológicos ou agronômicos da produção, abrangendo aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais, políticos e éticos”. Dessa forma, a agroecologia surge como uma base ecológica que busca manter ou recuperar a biodiversidade, minimizar os impactos socioambientais, valorizar os conhecimentos tradicionais, a cultura local e solucionar os problemas sociais no campo.

A diferença entre o modelo de produção da agricultura mecanizada/agronegócio e a agroecologia e agricultura familiar culmina em um território em conflito. Nesse contexto, o seguinte trabalho fará uma análise sobre agroecologia, agricultura familiar e agricultura mecanizada no entorno do

assentamento, Amigos da Terra em Darcinópolis–TO. Para a aplicação da metodologia dessa pesquisa foi realizada entrevistas com moradores do assentamento, observações da área de estudo, das áreas de plantios existentes nas propriedades e nos quintais produtivos.

Foi realizada também leitura e fichamento de artigos, livros e textos dos principais autores que discutem agricultura familiar, agroecologia, agricultura moderna e agronegócio. Realizamos também uma análise sistemática de documentos dos órgãos ligados à agricultura familiar, como IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, CPT - Comissão Pastoral da Terra, MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. A partir dessa metodologia foi que desenvolvemos a pesquisa no assentamento, Amigos da Terra. Esse assentamento fica localizado próximo a TO-134 km 14/15 no trecho que liga a cidade de Darcinópolis a Angico conforme apresentado na figura 01.

Figura 1 - Mapa de localização do assentamento, Amigos da Terra



Fonte: IBGE e Acervo Fundiário do INCRA. Org. Silvaney Barros (2024)

Esse assentamento foi criado conforme Barros (2023, p.5) em “1996 com o pedido de desapropriação da Fazenda Canto Grande de propriedade da Dr. Joana

Dar'k Vieira". A partir desse momento começa o processo de luta pela liberação da fazenda para os agricultores familiares. Em 1999, segundo Barros (2023, p.5) após a: "proprietária da fazenda haver negociado com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) houve a desapropriação da fazenda". Dessa forma, a partir de 1999, com a desapropriação da fazenda, as famílias advindas de diversas cidades vizinhas migraram para o assentamento.

Em 2000, após a demarcação das terras dona Domingas, uma das moradoras do assentamento afirma que: "foram assentadas 159 famílias no assentamento". Nesse sentido, 159 famílias vieram morar nesse assentamento. Segundo seu Antônio Alegre, uma boa parte dessas famílias vinha da: "cidade de Darcinópolis, Wanderlândia, vinha de outros municípios de Angico, Araguaína e Palmeiras". Dessa forma, uma boa parte dessas famílias eram advindas de municípios vizinhos de Darcinópolis.

Após essas famílias terem a suas terras demarcadas foi liberado em 2001 a linha de crédito APOIO e PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e assistência técnica para acompanhar esses agricultores familiares. Essa linha de crédito tinha como finalidade incentivar e apoiar esses agricultores a produzir em suas terras. No entanto, esse incentivo e apoio governamental para esses agricultores não teve resultados devido os técnicos terem incentivado os agricultores a investirem em (lavouras irrigadas e criação de gado) os quais não eram propícios para trabalhar no assentamento naquele momento.

Com esses resultados negativos ocorridos mediante as formas de produção exigidas pelos técnicos, esses agricultores ficaram no prejuízo, com isso muitos desanimaram em trabalhar em suas terras e terminaram vendendo suas propriedades e migraram para a cidade. A outra parte que permaneceu no assentamento continuou trabalhando em suas terras, com o tempo foram se adaptando a região e mesmos com os desafios da falta de recursos financeiros, da insuficiência da água para irrigação, da precariedade de infraestrutura no assentamento e dentre outros problemas encontrados, continuará trabalhando em suas propriedades.

A partir de 2018 começa a expandir entorno do assentamento as monoculturas de soja, milho e eucalipto, gerando com isso um território em conflito em que de um lado encontra-se um grupo de famílias que trabalham com

agroecologia, de outro um grupo com o modelo de agricultura familiar e de outro o agronegócio com a monocultura em larga escala.

Nessa perspectiva, abordaremos no primeiro capítulo o contexto histórico para o surgimento do termo agronegócio no Brasil. Abordando, como ocorreu a Chamada Revolução Verde, os principais fatores para o surgimento da agricultura moderna, as consequências desse modelo de agricultura para o campo, o surgimento do termo agronegócio e como esse modelo de agricultura foi implementado no Brasil.

No segundo capítulo, abordaremos a respeito dos desafios encontrados pelos trabalhadores rurais depois da criação dos assentamentos rurais, a relevância da agricultura familiar e da agroecologia para o campo, a precariedade encontrada nos assentamentos rurais após sua criação e os principais problemas que poderão surgir pela falta de políticas públicas no campo e os conflitos socioterritoriais nos espaços agrários.

No terceiro capítulo, apresentaremos os resultados e discussões da pesquisa. Iremos apresentar a história do assentamento, a situação social, econômica e ambiental do assentamento atualmente. Abordaremos sobre os tipos de agricultura presentes no assentamento, a influência do MATOPIBA para a expansão da agricultura mecanizada na região de Darcinópolis, uma análise da expansão do agronegócio no entorno e dentro do assentamento, as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares para produzirem em suas propriedades, a história de criação do assentamento, as formas de produção feitas por esses camponeses em suas propriedades e o conflito que há com relação aos modelos de agriculturas existentes nesse assentamento. Enquanto na parte final apresentaremos os anexos com os roteiros da entrevista.

1.2 Metodologia

Para o desenvolvimento dessa pesquisa qualitativa e quantitativa fizemos observação da área de estudo. Dentre essas observações analisamos a infraestrutura, as áreas de plantios existentes nas propriedades e nos quintais produtivos e as monoculturas de soja, eucalipto e milho presentes no assentamento.

Realizamos, sete (7) entrevistas com os moradores do assentamento. Essas entrevistas foram realizadas presencialmente por meio de questionário. Esses moradores entrevistados são naturais dos estados do Ceará, Maranhão, Tocantins e

Goiás. Desses entrevistados, 3 possuem ensino médio completo e 4 possuem ensino fundamental incompleto. Os mesmos têm faixa etária de 30 a 76 anos. Depois fizemos um levantamento fotográfico da região. Fizemos, a leitura e fichamentos de artigos, textos e livros dos principais autores que discutem: agricultura familiar, agricultura mecanizada, agronegócio, questão agrária, revolução verde, conflitos agrários e migração campo-cidade.

Por fim, fizemos uma análise sistemática de dados ligados aos órgãos do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário, INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, CPT - Comissão Pastoral da Terra, MapBiomias e a utilização do QGIS e sites das SIG - Sistema de informação geográfica para elaboração dos mapas.

2. CONTEXTO HISTÓRICO PARA O SURGIMENTO DO TERMO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

2.1 Revolução Verde

Antes de discutir sobre a expansão do agronegócio nos assentamentos rurais, precisamos compreender o contexto histórico que houve para o surgimento desse termo no Brasil. Por isso a relevância em entender a chamada Revolução Verde que para Zambenedetti et al. (2021) após o fim da Segunda Guerra Mundial, as colônias europeias perdem o poder econômico e militar. Com esses problemas enfrentados nessas colônias começa a surgir duas potências mundiais: EUA e URSS. O surgimento dessas potências e as divergências entre as duas afetou todas as políticas internacionais, causando com isto a fome no mundo.

Com a fome se alastrando no mundo, foi proposto uma forma de produção de alimentos pautada na revolução da década 1950 (FAO). Esse meio de produção, segundo Zambenedetti et al. (2021, p.373) respondeu: “aos anseios relacionados à tecnologia agrícola de muitos governos, os quais passaram a adotar o pacote tecnológico da Revolução Verde em seus processos agrícolas”. Nesse cenário, do fim da Segunda Guerra Mundial, do surgimento de duas potências mundiais e do alastramento da fome em uma boa parte dos países; é que começa a ser pensado na revolução verde. Para Zambenedetti et al. (2021) estudos de:

Centros internacionais de pesquisas apresentaram a proposta base de uma revolução do sistema de produção agrícola, que ficou conhecida como Revolução Verde. A proposta foi financiada por duas grandes fundações privadas americanas, as fundações Rockefeller e Ford, o objetivo era aumentar a produtividade agrícola e acabar com a fome no mundo. (Zambenedetti et al. 2021, p.372)

Assim, a revolução verde surge para atender o interesse do mercado mundial. Ao abordar sobre a característica da revolução verde Zambenedetti *et al.* (2021, p.372) elenca que ela é caracterizada: “pela utilização de novos meios de produção derivados da Revolução Industrial, como a motorização, a mecanização e a introdução de produtos químicos (adubos, fertilizantes, agrotóxicos)”. Nessa perspectiva, esse modelo de produção trouxe impactos sociais e ambientais. Ao abordar sobre a implantação da Revolução Verde no Brasil, Campagnolla e Macêdo destaca que:

A Revolução Verde foi implementada por meio de três pilares: pesquisa agropecuária, assistência técnica e crédito rural subsidiado, seguindo o padrão adotado em outros países onde esse novo paradigma foi implementado. Outras políticas setoriais foram promovidas, a exemplo de planos de aquisição de insumos químicos e terras, assim como a desoneração tributária de ICMS³ interestadual, PIS/Pasep e IPI para agrotóxicos e outros insumos agropecuários. (Campagnolla E Macêdo. 2022, p.2)

Dessa maneira, a Revolução Verde no Brasil, resultou na concentração fundiária, em extensas monoculturas, privilegiando determinados produtores e regiões. Para Mendoza (2013, p.143) a principal mudança ocorrida na agricultura com a chegada da revolução verde no Brasil foi a: “substituição de uma base essencialmente orgânica por técnicas dependentes de insumos químicos e industriais”. Nesse sentido, a revolução verde substitui toda a produção orgânica por uma produção pautada na monocultura em larga escala e na utilização de insumos químicos e industriais.

Esse processo culminou na exclusão dos pequenos agricultores, na industrialização de alimentos e no surgimento de insumos químicos. Ao abordar sobre o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas pela revolução verde Campagnolla e Macêdo (2022, p.5) enfatiza que a revolução verde: “priorizou a adoção de pacotes tecnológicos lastreados no uso de sementes melhoradas geneticamente, de alto desempenho, dependentes do uso de agroquímicos e outras práticas de manejo para o aumento da produtividade de lavouras e criações”.

Entretanto, esse modelo de sistema produtivo capitalista pautado na produção de grãos e cereais para Campagnolla e Macêdo:

Contribuiu para a simplificação dos processos produtivos, excluiu os pequenos agricultores descapitalizados e ignorou o aprimoramento tecnológico dos sistemas tradicionais que se fundamentam na diversificação produtiva e no uso e conservação dos recursos naturais. (Campagnolla E Macêdo. 2022, p.2)

Nesse sentido, a Revolução Verde ao focar em monoculturas em larga escala, ao ignorar os conhecimentos tradicionais e a conservação dos recursos naturais; gerou diversos impactos socioambientais como a degradação do solo, a poluição da água, a perda dos ecossistemas, dos recursos naturais e os efeitos adversos devido ao uso de agrotóxicos. A mesma também contribuiu para a exclusão dos pequenos

agricultores, resultando conforme Campagnolla e Macêdo (2022, p.5) no: “aumento da pobreza desses agricultores, que acabaram vendendo suas terras para grandes empresas agropecuárias”.

Destarte, a introdução do capital no campo intensificou ainda mais as dificuldades para esses camponeses produzirem em suas terras, com isso eles não tiveram uma alternativa a não ser deixar o campo e migrar para a cidade.

No Brasil a revolução verde para Alves e Tedesco (2016, p.258) modernizou: “a agricultura e, com isso, acabou com a dependência histórica da produção cafeeira na agricultura brasileira”. No entanto, os incentivos governamentais para a incorporação de inovações tecnológicas, ou seja, a modernização da agricultura brasileira favoreceu as grandes propriedades que tinham condições para a modernização agrícola e condições climáticas favoráveis para a implantação desse modelo de agricultura.

Além da revolução verde propiciar a concentração de terras nas mãos de grandes fazendeiros no Brasil, culminou também em diversos impactos socioambientais. Para Campagnolla e Macêdo (2022, p.7) essa: “lógica produtivista contribuiu para a expansão da fronteira agrícola com o consequente desmatamento de dois biomas: a Amazônia e cerrado”. No cerrado vem se intensificando nos últimos anos a produção de carnes e grãos como a soja, milho, sorgo e gergelim. Enquanto na Amazônia há um crescimento na produção agropecuária e grãos.

Ao mesmo tempo que há um crescimento dessas monoculturas nesses biomas, cresce-se também o uso intensivo de agrotóxicos. Conforme Campagnolla e Macêdo (2022, p. 9) O uso de agrotóxicos no Brasil: “cresceu substancialmente a partir do início da década de 1990”. Esse crescimento na utilização de agrotóxicos gerou um conjunto de impactos negativos para a sociedade e a natureza. Ao apontar os impactos ocasionados com a utilização de agrotóxicos, Faria (2014) afirma que o uso:

Indiscriminado, e muitas vezes, sem fiscalização, deste “veneno” trouxe diversas consequências ao meio ambiente, como a contaminação do solo, da água e das plantas; o comprometimento da saúde do trabalhador rural, por intoxicação e até riscos para a própria população, ao consumir alimentos submetidos à aplicação desse produto. (Faria. 2014, p.101)

Portanto, o uso intensivo de agrotóxicos traz como consequência a perda da biodiversidade, a poluição do ar, da água e riscos à saúde humana. Diante desse

contexto de impactos socioambientais é que a chamada Revolução Verde começa a se expandir no Brasil e leva a modernização do campo no país, assunto que discutiremos no próximo tópico.

2.2 Agricultura mecanizada

A agricultura mecanizada surgiu com a modernização do campo em meados de 1960. Conforme Matos e Pessôa (2011, p.290-291) ela tem: “o intuito de aumentar a produção e a produtividade de culturas de interesse internacional mediante a inserção de inovações tecnológicas”. O aumento de monoculturas para exportação e o avanço da tecnologia busca atender ao comércio internacional e a demanda de alimentos no mundo.

Faria (2014, p.102) ao abordar sobre o surgimento desse modelo de agricultura afirma a finalidade da mesma em: “atender a uma demanda crescente de alimentos e outros produtos, em meados de 1960”. Para atender essa demanda de alimentos, a agricultura moderna optou pela utilização de tecnologias como (máquinas, adubos e pesticidas químicos). O uso desses meios tecnológicos no espaço rural afetou de forma excludente os pequenos agricultores familiares que residem no campo. Para Matos e Pessôa o uso de:

Inovações tecnológicas, a produção em alta escala, a dependência de elementos externos à propriedade, a integração com a indústria, a circulação da produção em outros países, a mobilidade geográfica do capital produtivo e financeiro, entre outros, são elementos da agricultura dita moderna. Na lógica capitalista, ser moderno é estar dentro desse sistema produtivo, que é excludente e concentrador. (Matos e Pessôa. 2011, p.292)

De acordo com Matos e Pessôa, essas inovações tecnológicas e a produtividade em larga escala acabam contribuindo para a concentração de terras nas mãos de grandes proprietários, para exclusão dos camponeses que vivem no campo e das alterações sociais, econômicas e culturais no território agrário.

O processo de modernização da agricultura no espaço agrário brasileiro para Matos e Pessôa (2011, p.301) foi: “subsidiado e financiado pelo Estado, por meio de políticas agrícolas, para modernizar algumas áreas do campo brasileiro para que elas produzam culturas de demanda mundial e capazes de gerar divisas para a balança comercial”. Esse tipo de política pública favoreceu o surgimento de pesquisas científicas para o melhoramento da produção, o financiamento da agricultura moderna

com linhas de crédito, expandir as exportações agrícolas, a implantação de infraestrutura nos espaços rurais, o crescimento na produção de alimentos e a expansão e centralização do capital.

Esse modelo de política agrícola provocou uma reorganização do espaço geográfico. Contribuindo conforme Matos e Pessôa (2011, p.296) para um: “terrível processo de desterritorialização forçada pelo capital”. Onde o camponês com a modernização da agricultura se sentiu obrigado a deixar o campo, fator determinante para a desterritorialização dos espaços agrários.

Oliveira (1996, p.73) ao abordar sobre as transformações ocorridas na agricultura nos últimos trinta anos ressalta que essas transformações: “trouxe alterações profundas na estrutura produtiva do campo”.

Dessa forma, esse modelo de produção adotado pelo estado e por grupos econômicos gerou diversos impactos ambientais e socioeconômicos no território brasileiro. Ao argumentar sobre os impactos socioeconômicos causado pela agricultura moderna, Oliveira afirma que:

No bojo destas alterações e como produto contraditório deste processo, trabalhadores rurais tornaram-se suas vítimas. Trabalhadores assalariados ficaram desempregados. Meeiros e rendeiros perderam a possibilidade do trabalho em terra alheia. Camponeses acabaram expropriados ou pressionados economicamente para venderem suas terras. (Oliveira. 1996, p.73)

Nesse sentido, a modernização agrícola contribuiu para os diversos problemas sociais como o êxodo rural, a segregação social, o conflito por terra, o surgimento de áreas periféricas, o desemprego etc. Ao abordar sobre o impacto da modernização agrícola Matos e Pessôa (2011, p. 295) afirma que a modernização agrícola provocou a: “expulsão de milhares de pessoas do campo para a cidade”.

A expulsão dessas pessoas do campo para a cidade ocorre mediante as dificuldades encontradas por esses camponeses em produzir em suas terras, a falta de políticas públicas voltadas para agricultura familiar, a precariedade de infraestrutura no campo etc. Ao falar do fluxo migratório do campo para a cidade Chelotti afirma que:

Ao colocar toda a expectativa do desenvolvimento rural na sua mecanização, nas grandes propriedades de monoculturas, leva-se ao empobrecimento e expulsão de um grande contingente do meio rural, sobretudo de agricultores

familiares ou de pequeno porte, que acabam tornando-se trabalhadores temporários nas grandes propriedades (boias-frias) ou emigrantes para os centros urbanos em busca de emprego. (Chelotti. 2012, p.110)

A mecanização do campo e a expansão de monoculturas em larga escala levou ao agricultor familiar a deixar o campo e a migrar para as cidades. Ao falar sobre as consequências desse fluxo migratório campo-cidade Hartwig (2001, p.5) enfatiza que: “as consequências sociais decorrentes dos processos migratórios campo-cidade são inquestionáveis quando se observa, dentre outros, a favelização dos centros urbanos e, em contrapartida, o esvaziamento do meio rural”. Dessa forma, o êxodo rural e o crescimento de áreas periféricas nas cidades ocorrem devido a esse tipo de migração.

Damiani (2004, p.45) afirmam quando esses agricultores migram para a cidade: “se incorpora ao mercado de trabalho, em atividades desqualificadas, e de baixa remuneração, e passa a viver em favelas, cortiços, em sub moradias, de modo em geral”. Nesse sentido, a agricultura moderna provoca o desemprego e o crescimento do número de favelas nas cidades. Ao apresentar sobre os problemas sociais causados pela agricultura moderna, Lima e Almeida (2006) também apontam o incentivo:

A segregação social, uma vez que os investimentos e os recursos da modernização não estão acessíveis a todos. A agricultura moderna despreza os conhecimentos que há milhares de anos foram sendo acumulados pelos agricultores e cria novas necessidades e técnicas, envolvendo esses agricultores na rede dos grandes monopólios industriais e de créditos. A modernização agrícola elimina, de forma exagerada, o emprego de mão-de-obra. (Lima e Almeida 2006, p.6)

Dentre os diversos problemas sociais provocados pela agricultura moderna estão: o desemprego e a desvalorização dos conhecimentos tradicionais. Ao fazer uma abordagem sobre os impactos socioeconômicos gerado por esse tipo de agricultura, Cavasin e Fabrini (2012, p.2) aponta o: “desemprego no campo, o êxodo da população residente nas zonas rurais para a zona urbana (provocando o inchaço das cidades) e a concentração na estrutura fundiária”. Em consonância com Cavasin e Fabrini (2012) esse modelo de agricultura ocasiona o êxodo rural, o crescimento do número de favelas e a segregação social.

Com relação aos problemas ambientais, a agricultura moderna trouxe diversos impactos para o meio ambiente. Ao fazer uma abordagem dos problemas ambientais que surgiram com esse tipo de agricultura Faria (2014, p.1) destaca o: “forte impacto ocasionado pelas práticas insustentáveis empregadas nos sistemas agrícolas modernos estendeu-se por grandes espaços territoriais, difundindo-se entre diversas áreas, reduzindo suas florestas e causando perdas significativas para o meio ambiente”.

A expansão da agricultura moderna foi um dos fatores responsáveis pelos impactos ambientais no mundo. Dentre os problemas provocados por esse padrão produtivo encontra-se a erosão do solo, os assoreamentos dos rios, o desmatamento e a poluição. Ao abordar sobre os impactos ambientais causados por esse tipo de agricultura, Cavasin e Fabrini (2012, p.2) destaca a “destruição das florestas, biodiversidade genética, erosão dos solos e consequente assoreamento dos rios, a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos”. Além desses problemas, a agricultura moderna contribuiu para a modernização dos meios de produção. Para Souza e Sousa (2022, p.64) a modernização: “da agricultura emergiu como um movimento de transformação da produção do campo, culminando na industrialização desse setor”.

Ao substituir o modelo de agricultura tradicional pela agricultura moderna. Passou-se a utilizar, a partir disso, sementes transgênicas, o uso intensivo do solo e de agrotóxicos. Conforme Zambenedetti *et al.* (2021, p.374) esse modelo de agricultura mecanizada representa: “a utilização de sementes geneticamente modificadas, bem como a criação dos chamados alimentos transgênicos”.

A agricultura mecanizada levou a substituição das sementes tradicionais pelas sementes transgênicas, tendo como foco a produtividade e a lucratividade. Com relação ao solo, Cavasin e Fabrini (2012, p.9) afirmam que a agricultura moderna tem gerado: “problemas de estrutura do solo através da compactação das camadas superficiais”. Esses processos agressivos do solo têm levado a desertificação e a degradação do solo. Correlacionado a utilização de agrotóxicos, Faria (2014) afirmam que o:

Uso indiscriminado, e muitas vezes, sem fiscalização, deste “veneno” trouxe diversas consequências ao meio ambiente, como a contaminação do solo, da água e das plantas; o comprometimento da saúde do trabalhador rural, por

intoxicação e até riscos para a própria população, ao consumir alimentos submetidos à aplicação desse produto. (FARIA. 2014, p.101)

Nessa concepção, o uso intensivo de agrotóxicos proporcionou a contaminação da água, das plantas, do solo, além de trazer riscos para a saúde do ser humano. Ao falar sobre o impacto causado na água com o uso dos agrotóxicos, Cavašin e Fabrini (2012, p.10) enfatiza que a utilização dele nas lavouras levou a: “contaminação das águas dos rios”. Nesse sentido, a água também foi contaminada com a utilização de adubos inorgânicos, agrotóxicos e fertilizantes.

Diante desse cenário da busca pela lucratividade, de inovações tecnológicas, de atender a demanda de alimentos no mundo, da produção em alta escala, de melhorar as formas de produção e mecanização do solo, foi que surgiu a agricultura moderna. No entanto, nas últimas décadas, com a modernização capitalista e financeira no Brasil, começam a predominar o termo agronegócio, tema a ser discutido no próximo tópico.

2.3 Agronegócio

Mendonça (2013) em sua tese de doutorado “Modo Capitalista de Produção e Agricultura: a construção do conceito de Agronegócio” aborda teoricamente o conceito de agronegócio em uma perspectiva do método histórico-dialético. Ela relata que a construção do conceito agronegócio passou a ser difundido na sociedade capitalista. O uso do termo se propagou tanto nos círculos acadêmicos, quanto nos meios políticos e de comunicação. A chamada industrialização da agricultura ocorre principalmente a partir dos anos 1950. É no período marcado pelo caráter monopolista ou imperialista do capital que se observa o processo de industrialização da agricultura, conhecido popularmente como agronegócio.

Mendonça (2013) diz que a palavra de agronegócio foi adaptada no Brasil a partir do conceito de *agribusiness*, que teve sua origem na *School of Business Administration* da Universidade de Harvard, com o estudo *A Concept of Agribusiness* de John Davis e Ray Goldberg, publicado em 1957. A autora citada diz que o termo agronegócio foi utilizado primeiramente por John H. Davis, da Harvard University, em 1955. A influência de John Davis e Ray Goldberg ultrapassa o meio acadêmico e se dá principalmente na disseminação do conceito de agronegócio como política governamental nos Estados Unidos e em outros países. Goldberg explica o chamado

“sistema do agronegócio” a partir de sua integração com empresas de transporte, armazenamento, comercialização e financiamento.

O termo “agronegócio” é definido como um “sistema”, que incluiria três componentes. Sendo o primeiro componente “operacional” composto por agricultores, empresas processadoras, empresas de armazenamento e distribuição. O segundo componente reuniria empresas de insumos, bancos de crédito e institutos de pesquisa. O terceiro componente deste sistema envolveria mecanismos de “coordenação”, que incluiriam órgãos de governo, mecanismos jurídicos e contratuais, associações empresariais e mercados de futuro, afirma Mendonça (2013).

Observa que o chamado complexo agroindustrial, atualmente denominado de agronegócio, foi alavancado por um conjunto de medidas estatais que possibilitaram a abertura de linhas de crédito especiais para o setor, o que aprofundou a predominância do capital financeiro na agricultura. A função do Estado como principal agente facilitador de financiamento para o agronegócio serve de alavanca para as determinações do capital financeiro. Com o apoio financeiro e jurídico do Estado, cria-se um sistema do agronegócio de *commodities* para atender as necessidades nutricionais do consumidor, seu estilo de vida, e das mudanças de valores na estrutura da sociedade. Consequentemente, desenvolve um modelo do agronegócio que pressupõe a combinação entre o latifúndio e a dependência de insumos industriais, (Mendonça, 2013).

Segundo a autora, o uso do termo *agribusiness* no Brasil, foi localizada inicialmente na edição do dia 7 de dezembro de 1990 da Folha de São Paulo. Já o termo agronegócio no Brasil, é compreendido como o processo de industrialização da agricultura, que tem sido utilizado para justificar a criação das chamadas cadeias produtivas, visando agregar atividades agroquímicas, industriais e comerciais aos cálculos econômicos da agricultura. O período chamado de neoliberal representou, na verdade, maior transferência de mais-valia social para o setor privado através do aparato estatal, como nas privatizações de setores estratégicos da economia brasileira. Neste período, os ideólogos do agronegócio no Brasil passaram a utilizar o termo agricultura familiar para denominar sua visão de que pequenos agricultores deveriam fatalmente se integrar às chamadas cadeias produtivas do agronegócio.

A modernização capitalista e financeira resultante da fusão agricultura e negócio foi determinante para o surgimento do termo agronegócio em 1950. Ao

abordar sobre o surgimento desse termo, Mendonça (2013, p.50) afirma que a palavra agronegócio foi: “adaptada no Brasil a partir do conceito agribusiness”. Esse termo tornou-se público nos Estados Unidos em 1955 pelos professores da Universidade de Harvard. Ao abordar sobre os instrumentos adotados pelo agronegócio, Souza e Sousa (2022, p.69) afirma que o mesmo: “incorporou instrumentos de biotecnologia, engenharia genética e microeletrônica que modificam o processo produtivo, o cotidiano do campo e a vida das pessoas”. Dessa forma, o agronegócio busca agregar atividades industriais e técnicas químicas que modifica o processo de produção e a vida das pessoas.

Para Mendonça (2013, p.141) esse termo surge para apresentar uma perspectiva: “que adota a ideia de desenvolvimento como sinônimo de progresso tecnológico”. Esse progresso tecnológico culminou na modernização do campo, na produção de diversos produtos para a exportação e na transformação do campo. Ao abordar sobre os componentes que constituem o agronegócio, Santos (2020) aponta três sendo:

O componente operacional composto por agricultores, empresas processadoras, de armazenamento e distribuição. O segundo componente reúne empresas de insumos, bancos de crédito e institutos de pesquisa. O terceiro componente envolve mecanismos de coordenação, que incluem órgãos de governo, mecanismos jurídicos e contratuais, associações empresariais e mercados de futuro. (Santos. 2020, p.1404)

Sob essa perspectiva, o agronegócio se divide em três componentes: operacional, mecanismo de coordenação e empresas de insumos. Ao abordar sobre a propagação do termo agronegócio no Brasil em meados de 1990, Matos e Pessôa (2011) afirma que:

O agronegócio é uma versão contemporânea do capitalismo no campo, correspondendo a um modelo no qual a produção é organizada a partir de aparatos técnico-científicos, grandes extensões de terras, pouca mão-obra, predomínio da monocultura, dependência do mercado no quanto e como produzir, enfim, a empresas rurais. Para o Estado esse é o modelo que fez prosperar e desenvolver o campo brasileiro, porque contribui com o PIB (Produto Interno Bruto), responsável pelo crescimento da economia, empregos e produção de alimentos. (Matos e Pessôa. 2011, p.293)

Nesse aspecto, o agronegócio torna-se como uma nova forma de exploração do espaço agrário brasileiro. Com a produção em larga escala e uso do meio técnico

científico, esse modelo de produção utiliza grandes extensões de terras para o cultivo de monocultura da soja, milho, eucalipto, etc. Conforme Carvalho et al. (2017, p.183) a conjuntura brasileira: “vem sendo caracterizada nos últimos anos pelo avanço do agronegócio”.

Em consonância com Carvalho et al. (2017) isto ocorre mediante as taxas elevadas de concentração de renda, riqueza e propriedade fundiária. Para o Estado isto é o que faz, desenvolver o campo brasileiro. Ao comentar sobre a expressão agronegócio, Matos e Pessôa (2011, p.312) ressalva, que no Brasil essa expressão é utilizada para: “designar grandes propriedades modernas que se dedicam à monocultura com o emprego de tecnologia e reduzida mão-de-obra”.

Por essa razão, houve grandes investimentos no agronegócio, para aquisição de maquinários, para inovações técnicas, para extensões de terras e monoculturas em larga escala. Para Matos e Pessôa (2011) esses investimentos favoreceram a:

Favoreceu a capitalização do setor agrícola, a instituição da política agrícola de garantia de preços mínimos e o seguro agrícola. Ambas criaram um suporte operacional para o produtor. A primeira com a garantia à estabilização de preços, por eventualidades de intempéries naturais e variações dos preços de mercado. O seguro agrícola oferecia ao produtor o ressarcimento de quaisquer prejuízos nas lavouras. Em conformidade com outras políticas agrícolas, essas também foram carregadas de benefícios para certos tipos de lavouras e determinados produtores. Mais uma vez, a soja, os médios e grandes produtores são os favorecidos, o que demonstra que essa era uma política discriminatória. (Matos e Pessôa. 2011, p.313)

O apoio do Estado favoreceu o crescimento do agronegócio no campo brasileiro nos últimos anos. Na tabela 1 apresentam a expansão do agronegócio no Brasil.

Tabela 1 Expansão da agricultura moderna no Brasil

EXPANSÃO DA AGRICULTURA MODERNA NO BRASIL DE 1985 A 2022									
Culturas/Lavouras									
Agropecuária		Soja		Cana		Lavouras temporárias		Lavouras perenes	
Ano	Hectares	Ano	Hectares	Ano	Hectares	Ano	Hectares	Ano	Hectares
1985	187.353.382	1985	4.402.201	1985	2.162.184	1985	18.341.475	1985	793.922
2000	235.400.359	2000	16.006.355	2000	3.301.499	2000	32.430.965	2000	1.217.981
2010	260.817.013	2010	24.443.899	2010	7.314.220	2010	46.000.412	2010	1.626.133
2022	282.496.686	2022	39.373.028	2022	9.210.509	2022	58.678.991	2022	2.362.010

Fonte: [MapBiomas Brasil](#). Org. Silvaney Barros, 2024

Fonte: [MapBiomas Brasil](#). Org. Silvaney Barros (2024)

Conforme a tabela 1 apresentada, verifica-se um crescimento de 1985 a 2022 da lavoura de soja, cana, da agropecuária, das lavouras perenes e temporárias no Brasil. Com relação à agropecuária, nota-se que em 1985 essa monocultura correspondia uma área de 187.353.382 hectares e em 2022 passou para 282.496.686 hectares. Nessa tabela, consta também o crescimento da soja que em 1985 correspondia uma área de 4.402.201 hectares, passando para 39.373.028 hectares em 2022. A cana-de-açúcar foi outra monocultura que teve um crescimento, passando de 2.162.184 hectare em 1985 para 9.210.509 hectare em 2022.

Nesse mesmo período, de 1985 a 2022, verifica-se também um crescimento da produção de soja no Tocantins, conforme apresentado na tabela 2. Em 1985 a soja no Tocantins correspondia uma área de 1.297 hectares e em 2022 passou para 1.042.310 hectare. Essa expansão ocorreu devido o estado do Tocantins ter um clima favorável para essa cultura, devido à rentabilidade e liquidez que ela apresenta. Outro fator que contribuiu para esse crescimento é a confiança na política de crédito do estado e o financiamento tradings (financiamento feito e pago com grão).

Tabela 2 Expansão da soja no Tocantins

EXPANSÃO DA SOJA NO TOCANTINS DE 1985 A 2022	
Ano	Hectares
1985	1.297
2000	51.980
2015	680.930
2022	1.042.310

Fonte: [MapBiomias](#) Brasil. Org. Silvaney Barros, 2024.

Fonte: Mapbiomas. Org. Barros (2024)

Ao abordar sobre como foi conduzindo o processo produtivo do agronegócio no Brasil, Matos e Pessôa (2011) afirmam que foi:

Conduzido pela lógica do mercado global e das inovações da ciência [...] da utilização de instrumentos da biotecnologia, da engenharia genética, da microeletrônica, incorporando dessa forma um novo campo de valorização do capital que afeta de forma direta as relações sociais de produção. (MATOS e Pessôa. 2011, p.314)

Entende-se nesse processo de produção implementado pelo agronegócio as diversas formas do uso do solo por meio de tecnologias, da ciência e de novas culturas resistentes às pragas e ao uso do agrotóxico. Lopes (2017, p.101) ao fazer uma abordagem da expansão do agronegócio no campo brasileiro afirma que a: “expansão do” novo negócio”, ou seja, com o agronegócio, o resultado é a exclusão social, inter-relacionada com o processo de desigualdade e de pobreza”.

O agronegócio pode ser compreendido como o processo de industrialização da agricultura, utilizado para justificar a criação das chamadas cadeias produtivas para agregar atividades agroquímicas, industriais e comerciais - o chamado complexo agroindustrial. É uma atividade econômica de commodities para atender o mercado financeiro. A ação do Estado possibilitou a abertura de linhas de crédito especiais para o setor, o que aprofundou a predominância do capital financeiro na agricultura. A atuação do Estado na Amazônia, através das políticas territoriais e dos programas de desenvolvimento regional para a expansão da fronteira agrícola, permitiu também a expansão da atividade econômica do agronegócio.

Se as velhas formas do latifúndio propiciaram os conflitos territoriais no campo, as “novas” formas baseadas no agronegócio, também o proporcionam. Os conflitos sociais do campo no Brasil são contínuos e acontecem com derramamento de sangue. Os índices de assassinatos nestes conflitos são inaceitáveis, em um país continental como o Brasil. O capital agrário se apropria da terra nas várias formas. Pelo crédito que o Estado coloca à sua disposição ou pela força física grilando terras, ou por meio de alocação de exterminadores (matadores de aluguel) de seres humanos. É corriqueiro noticiar na mídia não burguesa (a mídia burguesa finge não ter violência no campo) as mortes de ambientalistas e trabalhadores do campo no Mato Grosso e no Pará.

Para Carlos W. Porto Gonçalves a violência não é um simples resquício associado ao velho latifúndio e a um mundo rural retrógrado, mas está claramente ligada ao agrobusiness e à modernização do campo brasileiro. Neste contexto, o significado da modernização nas formações sociais periféricas brasileiras, tem um caráter colonial do saber e do poder e continuam operando no campo. Dentro do contexto do Estado contemporâneo, modernizar é colonizar. O agronegócio traduz-se na modernização agropecuária dos nossos cerrados e da Amazônia que se atualiza

nas práticas coloniais de regiões tomadas como atrasadas e subdesenvolvidas. Gonçalves (2006) observa que a violência é um componente estrutural das relações sociais e de poder nos estados em que ocorrem os avanços modernos no campo, não podendo, portanto, ser associada ao atraso das relações no campo.

Há uma espécie de neo coronelismo subjacente à expansão e reprodução das relações sociais e de poder, que se reproduz no campo brasileiro. Na Região-Centro oeste a conflitividade atinge níveis estarrecedores, ultrapassando em muito a região Norte. A Região Centro-oeste apresentar índices maiores, pode ser justificado pela presença das modernas empresas do agrobusiness no campo a partir do processo de territorialização do capital do agronegócio e da apropriação da renda da terra, nesta região. O processo de territorialização e apropriação da terra gera a concentração fundiária, e esta, gera os conflitos fundiários no campo. No Tocantins também o índice de conflitividade no campo é elevado com igual proporção ao estado de Mato Grosso, afirma Gonçalves (2006).

Para Gonçalves (2006), no quesito índice de envolvimento das pessoas em conflitos, o Tocantins tem um elevado patamar próximo ao dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul e de Rondônia. A Região Norte é a que registra o maior número absoluto de pessoas assassinadas no país, na ordem de 61.6% do total (Gonçalves, 2006, p. 158). O autor chama de estado de guerra sobre um aumento expressivo da violência privada por meio da ação de milícias e jagunços. Apesar da expansão e modernização e territorialização do agronegócio na Amazônia ser recente, constata-se que os índices de conflitos e de violência no campo continuam nos mesmos, ou maiores dos patamares anteriores. O geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves parte da ideia de que o processo de modernização no campo pode ser compreendido como um projeto de continuidade dos velhos tempos de colonização.

Além desta violência contra os camponeses e trabalhadores do campo, há também a construção de uma narrativa da mídia corporativa e da burguesia ligada ao agronegócio afirmando que o que há nos movimentos sociais dos trabalhadores camponeses é uma espécie de invasão ao latifúndio. Aliás, o termo latifúndio foi substituído por empresa rural. Já o termo “invasão” é muito usado nos meios de comunicação em sentido moralista e deturpado que sempre pretende indicar uma ideia de crime. Estamos comentando sobre as “invasões”, que, na verdade, são ocupações efetuadas pelos movimentos sociais das mais diversas categorias –

agrários ou urbanos. Podemos enumerar vários exemplos, destes movimentos. Dentre os quais, podemos destacar, os movimentos sociais urbanos que ocupam imóveis em função da falta de moradia e pela falta de abrigo para a toda a população. Os movimentos dos trabalhadores camponeses que ocupam imóveis considerados improdutivos ou de propriedade do poder público. Estes fenômenos são corriqueiros na sociedade capitalista.

As comunidades tradicionais e indígenas quando são ameaçados pelo capital industrial ou agronegócio que invadem as suas terras, a imprensa burguesa e, sobretudo, as emissoras de televisão do circuito comercial são os verdadeiros interlocutores em dizer e defender que os movimentos sociais não passam de um movimento político baseado na insubordinação as leis que invadem a propriedade. Para a imprensa, os movimentos não praticam ocupação, mas sim invasões. Um verdadeiro exemplo de invasão que podemos comentar é sobre a monocultura de eucalipto que constitui um dos mecanismos de territorialização/invasão do capital nas áreas de cerrado.

A chegada do capital do agronegócio no cerrado constrange a liberdade dos camponeses e indígenas. Primeiro porque o agronegócio é uma das atividades econômicas que atuam em grandes propriedades de terra, isso significa dizer que um pequeno grupo de pessoas terá grandes propriedades de terra a sua disposição. Portanto, não vai sobrar terra para todos. Segundo porque não oferece mão de obra para a população, terceira porque toda sua produção não fica na região. E quarta paga pouco imposto é beneficiado pela lei Antônio Kandir. É para exportar.

Desse modo, o agronegócio ao se alastrar no campo brasileiro resultou na expulsão dos camponeses, na exploração da força de trabalho, no crescimento das desigualdades sociais, na expropriação do camponês e na substituição de uma agricultura familiar por um modelo tecnológico, que têm como ênfase a acumulação do capital e a precarização do trabalho assunto a ser discutido no próximo tópico.

3. ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS, AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA E OS CONFLITOS NO CAMPO

Historicamente, a situação no campo é de constantes conflitos sociais e frequentemente deparamos com profundas transformações na questão agrária mundial e multiplicação dos conflitos socioterritoriais que expressam os antagonismos entre os modelos de desenvolvimento impostos pelo capital e as formas de existência e resistência dos povos do campo, das florestas e das águas. Segundo Feliciano (2016), a questão agrária, problemática estrutural do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capitalismo, explicita sua essência geográfica quando da explosão dos conflitos territoriais, que têm gerado pelo antagonismo das classes sociais e seus modos e interesses de apropriação e dominação da terra, afirma Feliciano (2016).

O que se constata que mesmo com um governo de extrema-direita nos últimos anos, em que os movimentos sociais no campo diminuíram com receio da repressão da extrema-direita, mesmo assim, a violência no campo não diminuiu, pelo contrário, tem aumentado. Feliciano (2016), para além da explicação sobre perseguição e criminalização dos movimentos, a violência praticada e intensificada no campo do século XXI está ligada à concentração e centralização de poder não só de uma classe ou parte dela. Além desta concentração de poder tem também à unificação com grande capital e a uma clara opção de ausência do Estado na procura para desarticular do campo qualquer agente de mediação (movimentos) ou lideranças que possam tornar visível a demanda pelos direitos territoriais

Segundo Feliciano (2016), a existência de assassinatos, ameaças, pistolagem, tentativas de assassinatos, destruição de casas, roças, agressão, prisão, despejos, expulsões e torturas sofridas pelos camponeses, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais e agentes de mediação no campo brasileiro. A materialização dessas práticas violentas faz parte da formação territorial do Brasil. E a péssima notícia é que, atualmente, este fato se intensifica com o processo de mundialização do capital. Por exemplo, os indígenas foram, com o processo de colonização, os primeiros a conhecerem a violência e, nessa procura por novos espaços e principalmente riquezas, 5 milhões de índios foram dizimados. Segundo o referido autor, há no Brasil,

dois processos principais de resistência territorial aos quais está vinculada a violência no campo: entrar/retornar na terra/território (com direito à propriedade privada, familiar, coletiva ou comunitária da terra ou reconhecimento de um modo específico de sua relação com a terra); e permanecer na terra/território (seja como sujeitos sociais, camponeses produtores de matéria-prima para indústria e cidade, assim como camponeses produtores de alimentos ou da própria família e/ou comunidade). Ambos teriam, como ponto central, a luta por uma autonomia plena ou relativa em relação ao capital. (Feliciano, 2016, p. 85)

Em outras palavras, podemos afirmar que a violência contra os sujeitos do campo, quando estes lutam por sua bandeira sociais e políticas, tais como: a luta pela terra e pela reforma agrária; a luta pelo território; a luta pelo trabalho no campo; e a luta pela continuidade de apoio e pela mediação. As práticas de violência contra a pessoa (assassinato, tentativa de assassinato, ameaças, torturas, prisões e agressões) e contra sua forma de ocupação no território (ameaças de despejo e expulsões, despejos e expulsões) faz parte de um todo contexto de violência no campo brasileiro. Há outras práticas de violência como a destruição de bens (casas, roças e outros bens materiais) produzidos pelo trabalho dos sujeitos sociais do campo. Há outros agentes que incentivam a violência, como policiais, serventuários da justiça, delegados de polícia, juízes, entre outros, envolvidos na rede de pistolagem, que não ganham notoriedade quando se fala da violência rural na Amazônia. São agentes públicos e privados que atuam na violência na Amazônia.

Se olharmos para o Brasil, em uma perspectiva temporal, temos duas temporalidades ao mesmo tempo, uma em que o país, se encontra ainda em tempos arcaicos da colonização, por exemplo, o agronegócio uma atividade econômica atual, tem o trabalho escravo, a concentração de renda, inclusive, estamos vivendo uma reprimarização da economia brasileira. A outra temporalidade é a realidade tecnológica avançada que estamos vivenciando no campo, o sistema de objeto como coloca o geógrafo Milton Santos, materialização na biotecnologia, biogenética e outras tecnologias, inclusive, a inteligência artificial.

Feliciano (2016) afirma que contraditoriamente, se por um lado, temos um Brasil moderno colocado tanto pelo Estado como pela grande mídia como grande potencial produtor de “alimentos” que, na verdade, porém de fato um grande produtor de commodities; e, por outro, um Brasil arcaico que se utiliza de práticas de violência

da mais brutal a mais sutil, contra aqueles que buscam a terra e o território como condição de trabalho e vida.

As práticas da violência manifestam e são materializadas no campo, mas seu mando não necessariamente vem do campo, sua origem não está centralizada e concentrada exclusivamente no campo. A violência no campo mora nos espaços de poder construídos pelas transnacionais que detêm o controle da produção de agrotóxicos e outros produtos industrializados que detêm o domínio do território camponês. Temos também a bancada Ruralista que elegeu, para 2015, 158 deputados federais e 18 senadores para defenderem seus interesses de classe e impedir projetos e planos de reforma agrária. Isso, por si só, já é uma grande violência contra os trabalhadores camponeses.

Aliás, essa violência contra os camponeses é historicamente constatada e verificada no Brasil. Começa com a implantação das Sesmarias, e depois a situação dos camponeses continuam, inclusive, agravando. A questão da propriedade é fato determinante na luta de classes no espaço agrário. A promulgação da Lei das Terras proíbe a livre ocupação das terras devolutas e estabelece que sua aquisição se dê por meio de compra (Martins, 1995). Martins (1995; 2004) e Fernandes (2000) afirmam que no Brasil o fim do cativeiro do escravo dá início ao cativeiro da terra. Estes temas estão intimamente relacionados com a questão do trabalho livre e a questão agrária. Os grandes proprietários de terra foram motivados economicamente a incentivar o trabalho livre diante do encarecimento do trabalho escravo, o trabalho livre se mostrou como uma alternativa barata de mão de obra par ao latifúndio. A abolição do tráfico escravo abriu oportunidades para o trabalho livre, mas não necessariamente para a modernização do trabalho assalariado e as estruturas sociais rígidas de vários modos se mantiveram (Martins, 2004).

Diante das dificuldades para a obtenção da terra surge o posseiro, que segundo Martins (1995), é o lavrador que trabalha na terra sem possuir nenhum título legal, nenhum documento reconhecido legalmente ou registrado em cartório que defina como proprietário, sendo classificado como ocupante da terra, nos censos oficiais, ou como posseiro na linguagem comum. Sua produção é de subsistência, vendendo alguns excedentes para a compra do que falta.

Há posseiros em todo o país, sendo as maiores concentrações nos estados do Norte e Centro-oeste, principalmente na região denominada de Amazônia Legal.

Segundo Martins (1995), em todos os lugares o posseiro é visto como pessoa que está em situação provisória, como alguém que está fora do lugar por não ter situação jurídica definida, nem o reconhecimento do Estado e nem de outros segmentos sociais locais. Entretanto, há outros segmentos sociais que atuam em dizimar os posseiros tais como os grileiros, pistoleiros, jagunços, empresas estrangeiras e nacionais. O que há, na verdade, é a ocorrência dos conflitos pela terra envolvendo fazendeiros e posseiros. E é grande a violência que marca estes conflitos.

O posseiro é o produto das próprias contradições do capital, pois, a mesma sociedade que dele se beneficia o quer destruir. A expansão do capital se faz preferencialmente sobre terras ocupadas por posseiros, através da expropriação e da expulsão. Em função disso, os posseiros e camponeses têm que migrarem para outras fronteiras e regiões. Dentre estas fronteiras, a Amazônia tem destaque. É importante destacar as diferentes correntes migratórias no processo de ocupação recente da Amazônia. Segundo Martins (1995) elas podem ser divididas quanto à origem e quanto ao destino, sendo duas correntes: a que se origina no Sul e no Sudeste (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo) se dirigindo para a Amazônia Ocidental e Rondônia, Acre, Mato Grosso e a que se origina no Nordeste e se dirige para a Amazônia Oriental.

As lutas pela terra no Brasil e as tentativas de reforma agrária são marcadas por uma sucessão de desencontros entre o Estado, a sociedade e os movimentos sociais (Sabourin, 2008). As ligas camponesas do Nordeste foram movimentos organizados em defesa da reforma agrária que, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) estenderam-se por todos os estados do Brasil a partir de 1945). Com a luta pela terra eram reivindicados direitos elementares do trabalho, da saúde, da previdência, da escolarização, com base no direito à organização autônoma dos grupos sociais.

Segundo Sabourin (2008) o não desenvolvimento de políticas públicas minimamente favoráveis à reforma agrária marca o primeiro desencontro. A pressão das ligas camponesas do Nordeste levou o governo João Goulart a instituir o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, dando aos camponeses, teoricamente, os mesmos direitos adquiridos pelos trabalhadores urbanos. O segundo grande tema das “reformas de base” do governo Goulart era a legislação sobre a reforma agrária. O golpe militar de 1964 provocou o segundo desencontro entre as organizações

camponesas e o Estado, desagregando as esperanças de milhares de camponeses que haviam lutado pela reforma agrária ao longo das décadas de 1950 e 1960. O Estatuto da Terra, promulgado em novembro de 1964, levou ao desenvolvimento de um programa de colonização dirigida às terras do Cerrado e da Amazônia (Sabourin, 2008; Reis, 2012), marcando mais um desencontro para a reforma agrária. Os governos estadual e federal ofereceram incentivos fiscais que favoreceram e beneficiaram os grandes produtores.

3.1 Assentamentos agrários, os desafios dos camponeses no campo

De acordo com Senhoras (2003), o termo assentamento apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, por volta de 1960. De uma maneira geral, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção camponesa, a partir de políticas governamentais visando o reordenamento e regulação do uso da terra, claro aqui, tem o objetivo de beneficiar os trabalhadores rurais sem terra. Objetiva a fixação do trabalhador no campo, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra, com implantação de infraestrutura e organização social e à vida comunitária do camponês. É bom lembrar que os assentamentos agrários surgem da mobilização política de trabalhadores do campo sem-terra. É uma tentativa de os trabalhadores terem acesso à terra e atenuar a violência dos conflitos entre os diversos atores sociais do campo.

Segundo Senhoras (2003), a primeira forma de distribuição de terra no Brasil foi o sistema de capitâneas hereditárias, pelo qual a Coroa destinava grandes extensões de terras a donatários. Estes donatários eram sempre membros da nobreza portuguesa ou prestadores de serviço à Coroa, logo pode se dizer que eram de confiança do rei. Concordamos com o autor, mas, antes já havia as Sesmarias, uma forma de distribuir as terras do Brasil. Portanto, havia em troca de favores e de tributos, os donatários recebiam concessões, obrigando-se a explorá-las.

Mas essa estrutura colonial de distribuição de terras foi parcialmente abalada e substituída com a Independência do Brasil e o fim do tráfico negreiro na metade do século XIX, o qual decorreu de pressões da Inglaterra que estava interessada na ampliação de seu mercado consumidor fora do continente europeu. A partir desse momento surge uma lógica liberal embasada na autonomia da propriedade privada e no livre comércio. (Senhoras, 2003, p. 86)

Ou seja, com o fim do tráfico negreiro os interesses dos países colonizadores mudaram de rumo que interferiu no processo de distribuição de terra no Brasil. Ainda segundo o referido autor, "foi dentro desse contexto que Dom Pedro II promulgou a Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como a primeira Lei de Terras, que definiu como seria constituída a propriedade privada da terra no Brasil", (Senhoras, 2003, p. 86)

Essa Lei de Terras, antevendo a inevitável abolição da escravidão que viria a ocorrer quase quatro décadas posteriormente tinha dois objetivos encaixados em uma política ideológica de branqueamento: dificultar o acesso dos negros às terras e criar um mercado de trabalho livre para substituir a mão-de-obra escrava. Com a decadência dos latifúndios de produção baseados na escravidão, foi buscada solução na via de imigração de mão-de-obra, para suprir tais deficiências. A partir desse momento, as terras públicas passaram a ser vendidas por preços, (Senhoras, 2003, p. 86).

Historicamente, o Brasil já vem dos velhos tempos o impedimento do camponês o acesso à terra como ferramenta de trabalho e sobrevivência. Desde o século XX, os movimentos camponeses, com o apoio de alguns partidos políticos, o Brasil tem sido palco de manifestações e pressões na busca de soluções para a questão agrária. Os conflitos sociais de natureza fundiária pipocaram no campo com estas manifestações. As tensões e os conflitos no campo acentuavam-se, pelo descaso do Estado com a questão agrária.

É uma contradição da sociedade colonialista de natureza capitalista, isto é, ao mesmo tempo que de um lado, um enorme contingente de terras improdutivas e de posse dos latifundiários e de outro, uma grande parcela da população de trabalhadores sem acesso à terra. Em função das mobilizações e manifestações dos trabalhadores do campo o Estado passou a implementar políticas de expansão do programa de reforma agrária, tendo os projetos de assentamento do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) assumido enorme importância na pauta das políticas públicas.

Os assentamentos agrários surgem por meio de movimentos sociais e organizações que lutavam pela conquista da terra, trabalho, moradia, educação, minimização da fome e por igualdade social. Ao abordar sobre o surgimento dos assentamentos agrários Bergamasco e Norder. (1996, p.7) afirma que os assentamentos surgiram com a luta de trabalhadores sem-terra que lutavam em busca

de: “Moradia, terra e trabalho. Educação, cooperativismo. Irrigação, meio ambiente. Cidadania. Justiça e conflito social. Êxodo urbano. Boia-fria, desemprego, invasão de terra”.

A partir desses fatores da luta pela conquista da terra e por justiça social é que se configura a criação dos assentamentos rurais. Para Bergamasco e Norder (1996, p.8) a criação desses assentamentos: “remete a fixação do trabalhador na agricultura”. A fixação do trabalhador na agricultura familiar cria-se condições para segurança alimentar e uma boa qualidade de vida no campo.

No entanto, mesmo com esses resultados positivos advindos da agricultura familiar Bergamasco e Norder (1996, p.42) afirma que os: “assentados deparam com as dificuldades para garantir a viabilidade socioeconômica dos projetos, decorrentes, em grande medida, do descaso do poder público que não tem oferecido a necessária infraestrutura social”. Nessa perspectiva, os agricultores familiares, após a conquista da terra, têm como desafio nos assentamentos agrários: a falta de saúde, educação, de recursos financeiros para cultivar em suas propriedades, de estradas de qualidade para escoamento da produção, etc.

Guanziroli *et al.* (2001, p.115) ao falar sobre a forma que é conduzida a agricultura familiar no Brasil afirma que o sucesso da: “agricultura familiar assenta-se no baixo nível de desenvolvimento do capital humano no Brasil e na falta de oportunidades adequadas para absorver condignamente as populações rurais que são obrigadas a abandonar suas terras e locais de origem”.

Essa falta de financiamento, de acesso aos recursos produtivos e de extensão agrícola para a agricultura familiar traz uma série de problemas para a questão agrária. Problemas esses que para Medeiros (2015, p.127) são: “advindos do desenvolvimento do capitalismo no campo”. Dessa maneira, os interesses do estado voltado para o desenvolvimento do capital abrem espaço para expansão do agronegócio e para uma série de problemas no campo.

Fatores que levaram os agricultores familiares a deixarem o campo e a migrarem para a cidade, tendo como consequência: o êxodo rural e a desagregação da agricultura familiar. Ao falar sobre a desagregação da agricultura familiar no campo, Hoffmann (1980, p.38-39) afirma que acontece: “quando ocorre expulsão do campo, provocada pelas más condições de vida e/ou atração pelas cidades em virtude de algumas de suas facilidades”. Com isso, as más condições de vida no campesinato e

a visão de que na cidade há oportunidades que contribuem para uma boa qualidade de vida, são fatores que têm levado agricultores familiares a deixar o campo e morar na cidade.

Ao viver na cidade, esses agricultores familiares vendem suas propriedades para fazendeiros ou setor do agronegócio, contribuindo para a desagregação das lavouras de subsistência e a expansão do agronegócio nos assentamentos rurais. Para Lopes (2017, p.97) o advento do agronegócio no campo: “tem gerado exclusão, degradação ambiental e tantas outras barbáries”.

Nesse sentido, a chegada do agronegócio no campo contribuiu para o aumento dos impactos ambientais. Conforme Souza e Sousa (2022, p.70) o agronegócio provocou: “a devastação das florestas, perda e uso intensivo do solo e alto consumo de água”. Em consonância com Souza e Sousa (2022), nota-se os diversos problemas para o meio ambiente ocasionados pelo agronegócio.

Outro problema notado é o enfraquecimento na produção de alimentos, pois ele se foca no monocultivo da soja, milho e eucalipto. Medeiros (2015, p.126) ao falar da redução na produção de alimentos afirma que a: “tal expansão dos monocultivos, acarreta a redução da produção de alimentos”. Dessa forma, a expansão dos agrocombustíveis e o elevado preços de commodities acarretará a crise da produção de alimentos.

Além desses problemas supracitados, o agronegócio contribuiu, também, para que a agricultura familiar perdesse seu espaço. Pois, o agronegócio busca aumentar o monocultivo com a produção em larga escala, com o uso da tecnologia que atenda interesses de um mercado globalizado, fatores esses que diferem da agricultura familiar. O Estado também para Medeiros (2015, p.123), ao proporcionar estratégias de desenvolvimento territorial, juntamente com investimentos e reajuste: “findam por deixar o comando de algumas parcelas do território e economia nacional serem geridos por grandes grupos empresariais do agronegócio; produzindo espaços de desigualdade e diminuindo a capacidade de reprodução de diferentes grupos sociais”.

Desta forma, o Estado ao adotar políticas neoliberais com a lógica do desenvolvimento enfraquece a agricultura familiar e fortalece o setor do agronegócio, produzindo desigualdades e conflitos no campo. Ao abordar sobre os conflitos no campo, Calaça *et al.* (2021) ressalva que a:

Valorização dos preços da terra impulsiona o processo da grilagem que, por sua vez, potencializa os conflitos por terra entre sem-terra e latifundiários, entre posseiros e grileiros. Essa situação deixa os posseiros numa condição de fragilidade diante do expansivo mercado de terra, e faz crescer a especulação imobiliária agrícola na região. De olho no mercado para especular com a venda de terra, os grileiros locais são estimulados a agirem com violência para expulsar ilegalmente os posseiros das suas posses, utilizando-se de documentos falsos para forjar que se trata de terra regularizada, dessa forma, facilmente são vendidas para empresas ou fazendeiros. (Calaça et al. 2021, p10)

Nessa perspectiva, com a valorização dos preços da terra, houve um crescimento no mercado de terra no campesinato, que acarretou uma série de conflitos socioterritoriais tema a ser discutido no próximo tópico. Nesse contexto, a chegada do agronegócio no campesinato gerou conflitos no campo, a redução da produção de alimentos advindos da agricultura familiar, a expulsão do camponês do campo, o êxodo rural, a monopolização do capital e mudanças nos modos de produção tradicionais.

A chegada do agronegócio no Tocantins também uma espécie de violência e lutas de classes que é o cercamento dos territórios dos assentados na região. Segundo Silva (2018), o cerco se revela na apropriação da renda da terra, na criação das rendas da vida, no monopólio dos preços, na destruição dos conhecimentos do agricultor, na violência simbólica e física. O campesinato está sujeito a vários cercamentos, como, por exemplo, no direito à terra e aos meios de produção. O cercamento começa com a acumulação primitiva delineada teoricamente por Marx. A acumulação primitiva corresponde a vida de barbárie do trabalhador e do camponês. Marx diz que (...) “a expropriação e a expulsão da população rural, renovadas, intermitentes, proporcionaram à indústria urbana massas sempre novas de proletários inteiramente desligados da esfera corporativa”. (2011, p. 858). A acumulação primitiva capitalista cria um cenário em que os trabalhadores são expulsos de suas terras e depois são obrigados a trabalhar nas manufaturas. Há uma separação entre os trabalhadores e a sua terra de trabalho. Neste ponto Marx destaca que:

O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios e trabalho, um processo que transforma em

capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (MARX, 2011, p. 828)

Como diz Marx, acumulação primitiva é o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção, que constitui o primeiro momento de formação do modo de produção capitalista. É a história da escravização. Isto é, "... É sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência", (2011, p.828). É a história da migração forçada de massa de trabalhadores e da história da retirada de direitos dos trabalhadores. Na Inglaterra e na Escócia o cercamento promoveu a destruição de vilas, aldeias, choças e casas. "As terras camponesas foram rapinadas e mercantilizadas, o que empobreceu os sujeitos expulsos e homens foram substituídos por carneiros e até pela caça" (SILVA, 2018, p. 62). A aristocracia agrária apropriou até mesmo das terras da igreja e usurpou as terras comunais.

Esse fato nos permite afirmar que o processo de cercamento do território camponês é histórico. O cercamento dos camponeses deriva historicamente dos fazendeiros grileiros, industriais, entre outros agentes capitalistas apoiados pelo Estado, com arcabouço jurídico favorável à propriedade capitalista, uso de milícias privadas e o aparelho repressivo do Estado, com impunidade da violência cometida, (SILVA, 2018). É um cerco imaterial com elementos concretos, simbólicos, instrumentais e materiais que arruinam o modo de vida e as condições de existência do campesinato.

Atualmente, o uso e apropriação do espaço pelas commodities gerou o cercamento e a asfixia da agricultura camponesa, por exemplo, da monocultura da soja e do eucalipto Tocantins. O agronegócio se apropria dos recursos naturais para produzir mais-valia. Um dos recursos naturais que o agronegócio apropria, são os recursos hídricos para geração de commodities que pode comprometer a produção agrícola do campesinato. Com isso, instalam-se conflitos pelo uso da água, seja para uso industrial, seja para irrigação e produção de energia. Este fato evidencia o cercamento ao campesinato pela privatização da água. A invasão do agrotóxico utilizado na monocultura pode chegar à nascente dos córregos.

Com a expansão do agronegócio na região amazônica, os problemas ambientais e sociais tendem aumentar. Os efeitos dos agrotóxicos são visíveis. Os agrotóxicos acabam causando o envenenamento da flora e da fauna. Na verdade, os elementos da modernização são estranhos ao povo do lugar. As corporações transnacionais, como Bunge, Cargill e Multigrain controlam o processo, ou seja, é um estranho que chega a Amazônia e se apropria dos recursos naturais de forma unilateral (com o apoio do Estado). A partir deste processo de territorialização do capital, o fracasso da pequena produção e a falência econômica do campesinato atinge sua autoestima, já fragilizada pelo preconceito “dos de fora”.

Outra forma de “cercamento” do território do campesinato é quando o capital agrário seduz ou faz tentativas para que o camponês venda a sua terra. Pode acontecer, inclusive, na forma de aliciamento, em que fazendeiros, grileiros e empresários do meio rural ofertam comprar os imóveis dos camponeses, por um preço até acima do mercado. Os camponeses, perante a esta situação, vão ficando impossibilitados de continuarem no campo. Por um lado, o Estado estabelece políticas que favorecem o agronegócio, deixando pouco espaço para a existência do campesinato enquanto sujeito social do campo, por outro, o agronegócio fecha o “cerco” para o campesinato, a partir de sua expansão territorial, inclusive, em terras dos camponeses através da grilagem ou da expulsão com ameaças de morte, ou pelas vias “legais” (a legalidade convencionada pelo Estado burguês para defender os interesses dos capitalistas).

Em outras palavras, a expansão espacial do agronegócio compromete a continuidade social e econômica do campesinato. Esta realidade do campesinato está presente na Amazônia, mesmo sendo uma fronteira mais recente do país. Uma das lutas do campesinato no estado do Tocantins, na atualidade, é para superar os impactos do agronegócio, pelo fato deste comprometer a sustentabilidade e a continuidade social e econômica dos assentamentos agrários na região. Isso coloca o camponês em uma lógica contraditória e perversa, visto que no assentamento em análise, a procura de compra de terras, já tem demonstrado as suas facetas do cercamento aos camponeses assentados. Uma das formas que esse mecanismo tem se manifestado, é o “aluguel de pasto”, nas áreas dentro dos lotes usados pela atividade de pecuária extensiva, conforme constatação empírica no trabalho de campo. O aluguel de pasto é uma renda da terra que acontece no interior do

assentamento que caracteriza a lógica capitalista, portanto, poderá ampliar a lógica capitalista dentro do assentimento, em consequência, a função social da terra pode ser comprometida.

3.2 Conflitos socioterritoriais

Os conflitos devem ser interpretados como sinônimos da violência, da discrepância de tempos históricos entre uma civilização dita moderna que ocupa o território com seu modo de vida em um regime da economia de mercado em que atende uma lógica capitalista perversa e unilateral. De acordo com Gonçalves (2015), as violências podem ser mais indiretas, quando o território é interpretado como “vazio” de atividades econômicas para o mercado), ou diretas, pela opressão física como o “tempo histórico do pistoleiro que mata índios e camponeses a mando do patrão e grande proprietário de terra” como afirma Martins 1(997).

É importante ressaltar que a noção de conflitos socioterritoriais socioespacial é importante para contribuir na teoria dos conflitos e na construção de uma geografia das lutas camponesas. Os conflitos sociais no campo é fruto da contradição social da sociedade burguesa no campo. É uma luta de interesses contraditórios entre trabalhadores e latifundiários. Os conflitos socioterritoriais são originados de várias formas, por exemplo, entre seringueiros e latifundiários, indígenas e latifúndio, entre ribeirinhos e grandes projetos de hidrelétricas, quilombolas e grileiros e trabalhadores posseiras e grileiros e o latifúndio.

Os impactos provocados pelos grandes projetos econômicos têm provocado, sistematicamente, conflitos socioterritoriais. Enquanto os conflitos entre grandes projetos e sociedade local, provocando processos de desterritorialização, nesse caso podemos denominar de conflitos socioterritoriais. Fernandes (2000, p. 61) aponta a importância do uso desse conceito na Geografia, pois expande a análise dos movimentos sociais trazida de outras ciências humanas para a dimensão geográfica do conflito, ou seja, por dois processos geográficos: a espacialização e a territorialização. Portanto, movimentos socioterritoriais “são todos aqueles que têm o território como trunfo”.

Há também os conflitos decorrentes da regularização fundiária e grilagens de terras, muito comum na Amazônia Legal. Inclusive o próprio Estado é o grande vetor que contribui para este tipo de conflito no campo, uma vez que o poder público

implementa políticas de incentivos fiscais, de apoio a grande propriedade e sobretudo, com financiamento a juros baixos para o latifúndio. Esta condição naturalmente vai criar uma situação favorável para as tensões e conflitos sociais no campo brasileiro, pelo fato de criar condições desfavoráveis para os camponeses em detrimento ao latifúndio. Quando se diz de regularização fundiária, é um procedimento do Estado em que vai de encontro com os interesses dos latifúndios e dos grileiros. É uma regularização das terras apropriadas pelos grileiros. Mas ao contrário nada acontece, isto é, uma reforma agrária que atenda os reais interesses do camponês.

Os conflitos socioterritoriais dos assentamentos agrários estão relacionados com a disputa pela terra. Sodré *et al.* (2016, p.3) ressalta que a terra como um: “elemento analítico do território, por excelência, é um recurso em disputa”. Dessa forma, os conflitos socioterritoriais no campo ocorrem mediante a disputa por terra. Nessa disputa, encontra-se de um lado: grandes donos de terras, latifundiários, grileiros, enquanto do outro lado há os: camponeses, extrativistas, indígenas, quilombolas e agricultores familiares. Esses problemas agrários, para Sodré *et al.* (2016, p.3) ocorreram devido à: “incapacidade estrutural do Estado brasileiro em lidar com o uso e controle da terra, – de forma particular, com a propriedade privada da terra”.

Dessa forma, a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas no Brasil culminou em uma série de problemas agrários no campesinato. Ao fazer um levantamento dos conflitos agrários ocorridos de 2011 a 2020 na Amazônia Legal, a CPT por meio do “mapa de conflitos” aponta que essa região concentrou nesse período 55% dos conflitos agrários do país. A tabela 3 apresenta uma análise sistemática desses conflitos.

Tabela 3 Conflitos na região da Amazônia Legal

CONFLITOS NA AMAZÔNIA LEGAL DE 2011 A 2020	
Estados	Tocantins, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Acre, Mato Grosso e Maranhão.
Municípios afetados	583
Famílias afetadas	+ de 100 mil
Assassinatos	+ de 300
Vítimas	+ de 2000 mil

Fonte: Mapa dos conflitos. Org. Silvaney Barros, 2024.

Fonte: Mapa dos conflitos, Org. Barros, 2024.

Em consonância com a tabela 3, a região amazônica teve conflitos em quinhentos e oitenta e três municípios de 2011 a 2022. Dentre esses conflitos houve mais de 100 mil famílias afetadas, mais de 300 assassinatos e mais de 2000 mil vítimas afetadas. Enquanto em todo território brasileiro de 2006 a 2022, conforme apresentado na tabela 4, nota-se um crescimento preocupante de famílias impactadas pelos conflitos agrários nos anos de 2018 e 2022.

Tabela 4 Famílias impactadas pelos conflitos no Brasil

FAMÍLIAS IMPACTADAS POR CONFLITOS AGRÁRIOS EM TODO O TERRITÓRIO BRASILEIRO DE 2006 A 2022	
Ano	Famílias impactadas
2006	111368
2010	63454
2014	100224
2018	118080
2022	181304

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. Org. Silvaney Barros, 2024.

Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. Org. Barros (2024)

Por conseguinte, os anos de 2018 e 2022, em comparação com os anos de 2006, 2010 e 2014, conforme apresentado na tabela 4, foram os anos que menos tiveram famílias impactadas pelos conflitos agrários. No Tocantins, o número de famílias impactadas pelos conflitos agrários de 2006 a 2022 conforme dados da CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT foram: 2104 famílias em 2006, 456 famílias em 2010, 1.574 famílias em 2018 e 3.810 famílias em 2022.

Diante desses conflitos, surgem os movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Para Fernandes (2005, p.32) os movimentos socioterritoriais fazem dos espaços um lugar: “de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas políticas de seu desenvolvimento”. A construção desses espaços é essencial na criação de ações que buscam lutar pelo direito à terra e acesso e distribuição de políticas públicas que melhorem a vida dos camponeses, indígenas e pessoas que não têm uma casa para morar. Com relação à atuação dos movimentos socioespaciais, Fernandes (2005, p.32) afirmam que: “podem atuar da escala mundial à escala local”.

Os movimentos socioespaciais atuam em escala local ou global buscando lutar pela implantação de serviços sociais, como educação, saúde etc. A partir desse contexto, da luta pela terra em que de um lado, têm o agronegócio com a lógica de uma agricultura empresarial pautada na utilização de tecnologias e no cultivo de monoculturas em larga escala que atenda interesses de um mercado globalizado e competitivo e de outro a agroecologia e a agricultura familiar pautada em uma produção sustentável e que se configuram um território em conflito.

3.3 Agricultura Familiar e agroecologia

3.3.1 Agricultura familiar

A partir da década de 1990 a categoria agricultura familiar surge e alcança lugar de destaque enquanto um ator social, político e econômico no Brasil. É um termo generalizante. O conceito de agricultura familiar vem se consolidando não apenas como um conceito abstrato, mas como realidade objetiva. Segundo Ghizelini e Araguão (2019), agricultura familiar é reconhecida por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), que atestam a capacidade que esse

modo de fazer agricultura tem contribuído para a soberania alimentar dos povos. E pondera ainda que a agricultura familiar contribui para a geração de emprego e renda, ao mesmo tempo, em que se caracteriza por uma forma de agricultura que tem como premissa uma perspectiva de ser socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente sustentável. Os referidos autores relatam que dados recentes de relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO) mostram que a agricultura familiar é responsável por 80% da produção de alimentos no mundo.

No caso brasileiro, o Censo agropecuário de 2006 identificou que os agricultores familiares são responsáveis por 84% do total de estabelecimentos agropecuários, e empregam 74% da mão de obra disponível no campo (IBGE, 2006). E é da agricultura familiar que saem 70% dos alimentos que compõem a alimentação diária da população (UNSCN, 2014). No entanto, os estabelecimentos da agricultura familiar correspondem apenas a 24% da área total dos estabelecimentos agrícolas (IBGE, 2006), o que evidencia os velhos problemas não resolvidos da nossa questão agrária, como a concentração de terras e a permanência dos latifúndios improdutivos. (Ghizelini; Araguão, 2019, p. 91)

Como os autores afirmam, podemos perceber a importância da agricultura familiar no contexto brasileiro e na soberania alimentar nacional. A noção de agricultura familiar tem marco histórico da trajetória de efetivação da agricultura familiar no Brasil, com a institucionalização do termo no contexto do Estado. Que começa com a promulgação do Decreto n.º 1946, de 28 de junho de 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, que deu origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este decreto representa uma das primeiras políticas no âmbito federal voltada exclusivamente para a produção familiar. Segundo Ghizelini e Araguão (2019), o PRONAF destina ao financiamento de projetos individuais ou coletivos que visem a geração de renda e melhoria das condições de produção para os agricultores familiares.

O decreto expressa a definição de agricultura familiar e diretrizes como podemos visualizar em sua transcrição abaixo.

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas

voltadas para a reforma agrária. Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011) IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

No artigo 1, o decreto aborda sobre a questão do empreendimento familiar rural e agricultura familiar, isto é, podemos ver que é uma ideia que refere a agricultura da pequena produção pelo viés do mercado, em que se trata de empreendimento. No segundo artigo vai referir sobre a formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares e termina o artigo relatando sobre a reforma agrária. Como sabemos, esta reforma agrária que se refere é aquela que o Estado burguês executa e não aquela tão sonhada pelos camponeses. E no terceiro artigo aí, sim, vai definir agricultor familiar e empreendedor familiar rural como aquele que pratica atividades no meio rural. Neste artigo, vai definir as categorias de agricultura familiar que compõem a pequena produção, destacando quilombolas, ribeirinhos, pescadores, entre outros. É uma orientação para fins de financiamento das categorias.

Outro marco referencial importante que trata sobre a agricultura familiar é a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Ficou conhecida como a lei da agricultura familiar, por institucionalizar formalmente o conceito dessa categoria. Podemos destacar aqui o artigo 3º:

Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4(quatro) módulos fiscais;
II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Este artigo caracteriza e define a noção de agricultura familiar para o Estado brasileiro. São várias as categorias que são definidas e beneficiadas pela lei tais como os silvicultores; os agricultores; extrativistas; pescadores; povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. Em seu quarto artigo expressa que:

A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios: I - descentralização; II - sustentabilidade ambiental, social e econômica; III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia; IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

No quarto artigo percebe-se que o destaque de princípios delineados pela lei é a sustentabilidade social, econômica e ambiental. Para aumentar a potencialidade desta sustentabilidade, a lei define alguns objetivos, que estão expressos no quinto artigo. “Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, para compatibilizar as seguintes áreas”:

I - crédito e fundo de aval; II - infraestrutura e serviços; III - assistência técnica e extensão rural; IV - pesquisa; V - comercialização; VI - seguro; VII - habitação; VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária; IX - cooperativismo e associativismo; X - educação, capacitação e profissionalização; XI - negócios e serviços rurais não agrícolas; XII - agroindustrialização. XIII - modernização e desenvolvimento sustentáveis; XIV - inovação e desenvolvimento tecnológicos.

Os objetivos da política de agrícola familiar são interessantes que propõem ações tais como crédito, apoio para financiara infraestrutura, assistência técnica e pesquisa entre outras que pode potencializar o desenvolvimento da agricultura familiar. Entretanto, como sabemos, as leis existem, mas, na prática, não são cumpridas pelo Estado burguês brasileiro. Enquanto o Estado brasileiro oferta um plano safra na cara dos 450 bilhões de reais para o agronegócio e para o latifúndio, para a pequena produção oferta por volta de 70 bilhões de reais. Ou seja, grande parte dos recursos destinado à produção agrícola vai para o latifúndio.

Vemos as narrativas na opinião pública, na mídia corporativa e principalmente no meio social dos atores e da classe da aristocracia a noção de agricultura familiar. Mas vemos também a narrativa do Estado com o mesmo conceito de agricultura familiar e inclusive, de pequeno empreendedor agricultor. O discurso do senso comum, no âmbito acadêmico o conceito de agricultura familiar é intensamente debatido. A ideia é a construção das identidades coletivas, na pauta dos movimentos sociais, na agenda do sistema político e no meio rural. Neste particular, entra o debate polêmico e dialético entre o conceito de agricultura familiar e o de campesinato. Muitas vezes a academia compra os discursos da mídia corporativa e do próprio Estado. Estas noções representam discursos de classes sociais diferentes. A noção de campesinato representa um debate da Geografia agrária de cunho mais crítico, associado ao método do materialismo dialético histórico.

A agricultura familiar não é sinônimo de campesinato, mas, para muitos, o campesinato é uma forma de agricultura familiar. Para os representantes do mercado, tem o entendimento da agricultura familiar como um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares e coletividades. Outro ponto, importante, é que a agricultura familiar pode representar uma instituição como empresa ou um empreendimento familiar. Os autores Ghizelini e Araguão (2019, p. 96), citam com os teóricos Chayanov (1974), Lamarche (1998) que fazem uma

[...] análise das formas de reprodução da agricultura familiar subdividindo-as em quatro diferentes modelos, partindo do princípio de que a organização da produção e do trabalho familiar, assim como a relação da lógica de mercado e a lógica familiar influenciam diretamente nas formas de reprodução social. O autor propõe os seguintes modelos: 1) o modelo empresa; 2) o modelo empresa familiar; 3) o modelo agricultura camponesa ou de subsistência; e 4) o modelo agricultura familiar moderna.

Os dois primeiros modelos caracterizam principalmente pela função objetiva de gerar lucro, isto é, um modelo está atrelado ao mercado. E tem uma forte dependência de insumos e tecnologias e a fraca predominância do trabalho familiar. Entretanto, no segundo modelo, empresa familiar, diferencia-se do primeiro no que se refere ao trabalho, pois há uma forte presença de mão de obra familiar. O terceiro modelo, a agricultura camponesa ou de subsistência, caracteriza-se por forte presença de mão de obra familiar e não está voltada para o mercado. Uma produção que baseia na lógica de produção tradicional, caracteriza-se por ser uma estratégia

de autodefesa do agricultor em se proteger do mercado ou mesmo garantir sua identidade enquanto agricultor familiar, aquilo que denominamos de resistência socioterritorial do camponês.

O quarto e último modelo, a agricultura familiar moderna, não muda muito da agricultura voltara para o mercado e tem uma diminuição constante do papel da família nas relações de produção. Podemos afirmar que o agricultor familiar moderno está em transição entre a agricultura tradicional e a moderna. Em resumo, tratamos o camponês com uma classe social que representa todos os trabalhadores do campo. Esta categoria é representada por vários grupos como quilombo, seringueiros, ribeirinhos, pescadores, vaqueiros, posseiros e quebradeiras de cocos.

A agricultura familiar é primordial na produção de alimentos. Para Medeiros (2015, p.134) a agricultura familiar está fundamentada na: “reprodução humana”. Isso ocorre devido à mesma garantir a soberania alimentar e contribuir no resgate dos saberes tradicionais.

Lima (2023, p. 973) ao falar sobre a característica desse modelo de agricultura afirma que a: “agricultura familiar é dita aquela em que a gestão da propriedade e a maioria do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços consanguíneos ou matrimonial”. Nesse sentido, além da utilização da mão de obra familiar, a agricultura familiar é gerenciada pela própria família. No Brasil ela é responsável pela maior parte da produção de alimentos.

Ao fazer uma abordagem sobre os alimentos consumidos no Brasil, Chelotti et al. (2012, p.112) afirma que: “60% dos alimentos consumidos no Brasil são produzidos pela agricultura familiar”. Compreendemos mediante a isso que a maioria dos alimentos consumidos no Brasil são advindos da agricultura familiar.

No Tocantins, Lima (2023, p.972) ressalta que seu desenvolvimento é pautado: “exclusivamente na agricultura de pequeno e médio porte”. Isto possibilita a melhoria da qualidade de vida da população rural tocantinense. A agricultura familiar para Lima (2023, p.974) é sem dúvida: “uma atividade capaz de aumentar a produção de alimentos, e ser economicamente viável, com práticas responsáveis com o meio ambiente, favorecendo ao mercado crescente de produtos saudáveis e frescos, fornecidos diretamente dos produtores”.

Isto ocorre devido a mesma, adotar práticas sustentáveis fundamentada na mão de obra familiar e na diversificação de culturas em um único local. Conforme

Guanziroli et al. (2001, p.113) a produção pautada na mão de obra familiar é: “o elemento-chave mais importante para definir os produtores familiares”. Dessa forma, a agricultura familiar é conhecida em ser praticada em pequenas propriedades rurais por agricultores familiares, que utilizam a mão de obra familiar e ocasionalmente empregados.

Ao abordar sobre a relevância da agricultura familiar para geração de emprego no Brasil, Guanziroli et al. (2001, p.63) ressalta que a: “agricultura familiar é a principal fonte de ocupação da força de trabalho no meio rural brasileiro. [...] Mesmo dispondo de apenas 30% da área, é responsável por 76,9% do pessoal ocupado”. Nesse contexto, a agricultura familiar torna-se fundamental para a geração de emprego, a segurança alimentar, a diminuição da pobreza, da busca de alternativas que não degradam intensivamente o meio ambiente e do combate à miséria e a violência no campo. Enquanto a agroecologia é um tema a ser discutido no próximo tópico, buscam solucionar problemas ambientais, sociais, econômicos e culturais.

3.3.2 Agroecologia

A agroecologia pode ser como um movimento e um campo de diálogo entre saberes científicos e tradicionais no contexto camponês. Segundo Cunha (2014), o termo agroecologia já vinha sendo usado em publicações científicas, desde o final da década de 1920. Segundo o autor, sua organização como disciplina científica teve origem no México, sendo desenvolvida a partir dos anos 1970. Conforme Cunha (2014), um grupo de referências importantes ao longo do século XX para a agroecologia podem ser observadas no trabalho de Gliessman (2005). O referido autor diz que a agroecologia sempre existiu, como prática e movimento de trocas de saberes. Mas como ciência é uma coisa mais recente. Para se construir um debate teórico sobre a agroecologia temos muitos desafios e precisamos dialogar com as culturas tradicionais sem se sobrepor. Inclusive, precisamos construir uma agenda de política pública para o setor.

Segundo Cunha (2014), no Brasil, surgiram estudos de vários autores que contribuíram para o avanço do debate sobre agricultura alternativa no país. Nas pesquisas brasileiras atuais, destacam-se as concepções como as de Caporal et al. (2009), que entendem a agroecologia como uma ciência que dialoga com perspectivas do campo da complexidade e da ecologia dos saberes. Nos estudos científicos

encontramos os agroecossistemas como uma categoria chave para a agroecologia. Ele é abordado de modo sistêmico, no qual as inter-relações entre elementos ambientais (ciclos minerais, transformações energéticas, processos biológicos), sociais, políticos, culturais e econômicos são estudadas em conjunto, afirma Cunha (2014).

Concordamos com o autor que este ponto é fundamental, pontuar uma visão sistêmica do conceito de agroecossistema, mas não se restringe aos fatores ambientais, e sim a sua integração como sistema social. Na questão social entra em destaque as questões como a valorização e o conhecimento tradicional dos camponeses, as condições de acesso e permanência na terra, as relações de gênero. Aqui, podemos colocar duas dimensões neste debate, uma aproxima as abordagens agroecossistêmica que é o enfoque da relação aos processos de trocas e circulação de energia, de trabalho e de perspectivas socioculturais; e a outra é a abordagem territorial, o poder como posição estratégica frente à situação complexa se coloca como o eixo de análise das dissimetrias nos fluxos de energias, na informação, no trabalho e nas relações socioculturais.

O contexto de lutas dos movimentos sociais no campo e de articulação do movimento ambientalista e o debate em torno das agriculturas alternativas, ao longo da segunda metade do século XX, abriram campo para o desenvolvimento da agroecologia como prática e movimento – e, mais recentemente, como ciência –, no Brasil. O primeiro marco de constituição deste movimento foi a realização dos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAS), na década de 1980, organizado, principalmente, pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB). Outro impulso importante, nesta década, foi dado pela criação do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA/FASE). (Cunha, 2014. p. 187)

Como Cunha pontua que as discussões sobre agroecologia vêm desenvolvendo no contexto das lutas dos movimentos sociais camponeses e os movimentos ambientalistas. Foi mais precisamente no começo da década de 1990, que a agroecologia se tornou um marco conceitual e metodológico que orientou o movimento da “agricultura alternativa”. É um movimento social e acadêmico que, mesmo não sendo hegemônico, tem ganhado destaque, nos debates em torno de ações para a melhoria da qualidade de vida dos camponeses. No Brasil, há vários movimentos sociais e organizações de agricultores, sindicatos rurais e movimentos

sociais, como o Movimento dos Sem-Terra e o Movimento dos Pequenos Agricultores, têm levantado o debate sobre a agroecologia.

Segundo ainda Cunha (2014) entre os anos de 1990 e 2000, as experiências e articulações sobre a agroecologia começaram ganhar espaço também na academia. Não como um movimento social institucionalizado, mas abre-se um campo de debate sobre as questões agroecológicas com expressão nacional. Um movimento social com articulações entre associações de agricultores, camponeses, quilombolas, ribeirinhos, movimentos sociais, instituições de assessoria técnica, organizações não governamentais e instituições de ensino, pesquisa e extensão, entre outros. Foi por meio destas articulações que os sujeitos sociais ligados a terra, construíram, a partir dos anos 2000, um direcionamento político-institucional marcado pela elaboração de novas legislações, que envolveu organizações não governamentais e de acadêmicos.

Por volta de 2003 (4 de dezembro), com a institucionalização da lei n.º 10.831, cria-se uma legislação mais específica a agroecologia. Esta lei dispõe sobre a agricultura orgânica. Em seu primeiro artigo reforça em termos jurídicos a concepção de agricultura orgânica:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

§ 1º A finalidade de um sistema de produção orgânico é:

- I – a oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais;
- II – a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção;
- III – incrementar a atividade biológica do solo;
- IV – promover um uso saudável do solo, da água e do ar, e reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas;
- V – manter ou incrementar a fertilidade do solo a longo prazo;
- VI – a reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não-renováveis;
- VII – basear-se em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente;
- VIII – incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos;

IX – manipular os produtos agrícolas com base no uso de métodos de elaboração cuidadosos, com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas.

§ 2º O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura¹ e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei.

Em termos da agricultura orgânica e da agroecologia, a referida lei define pelos menos teórico-jurídico. Define uma agricultura que prioriza os conhecimentos tradicionalmente utilizado pelos diversos povos que não agride a natureza. Segundo Cunha (2014), observa-se que a legislação brasileira sobre os sistemas orgânicos de produção tem uma concepção avançada. Essa concepção envolve à diversidade cultural e biológica local.

Diversos países no intuito de estabelecer uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente e sobretudo em evitar o modelo convencional de agricultura optaram em busca de alternativas que protegem os recursos naturais e minimizem os impactos ambientais. Pois o modelo convencional de agricultura para Caporal e Costabeber (2004, p.7) passou: “a ser hegemônico a partir dos novos descobrimentos da química agrícola, da biologia e da mecânica”. Passando a causar, a partir disso, diversos problemas socioambientais.

Nesse contexto, surge a agroecologia como outro modelo de agricultura. Para Aquino et al. (2005, p.40) a agroecologia é considerada um: “paradigma emergente, substituto da agricultura industrial ou convencional”. Esse tipo de agricultura busca solucionar boa parte dos problemas socioambientais.

Indo para Caporal e Costabeber (2004, p.13) muito além: “de aspectos meramente tecnológicos ou agronômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade”.

Nesse panorama, a agroecologia surge como um modelo de agricultura sustentável para a solução dos problemas ambientais, sociais, econômicos e culturais. Azevedo e Netto (2015, p.640) enfatiza a mesma como uma ciência que busca: “bases científicas para transição da agricultura tradicional a uma agricultura mais sustentável”. Buscando dessa forma, a manutenção da biodiversidade, ao cultivo e

¹ A permacultura faz a partir três pontos principais: cuidar da terra, cuidar das pessoas e cuidar do futuro, que se fundem aos pilares da sustentabilidade: ambiental, social e econômico.

uma pequena área com diversas espécies de plantas, a redução de insumos comerciais, a conservação da diversidade genética local, a produção de alimentos saudáveis e o resgate dos conhecimentos e a cultura local.

Ao abordar sobre o papel da agroecologia na produção de alimentos, Faria (2014, p.105) afirma que: “a forma de produzir alimentos na perspectiva agroecológica tem baixo impacto ambiental e promove a qualidade de vida”. Nessa perspectiva, além da produção de alimentos saudáveis, a produção agroecológica causa menos impacto ambiental. A qual proporcionam para Caporal e Costabeber (2004, p.16) as bases: “científicas e metodológicas para a promoção de estilos de agriculturas sustentáveis, tendo como um de seus eixos centrais a necessidade de produção de alimentos em quantidades adequadas e de elevada qualidade biológica, para toda a sociedade”.

Nessa lógica, a agroecologia busca conscientizar os agricultores com respeito a uma agricultura sustentável e a produção de alimentos saudáveis. Esses fatores contribuíram para o desenvolvimento rural. Esse desenvolvimento, para Azevedo e Netto (2015, p.640) pode ser: “entendido como aquele que se refere às áreas rurais com o intuito de melhorar a qualidade de vida da sua população, mediante processos de participação local e potencialização dos próprios recursos”. Nisto, ao pensar em uma agricultura que melhora a qualidade de vida da população, que contribua para a organização dos trabalhadores rurais e que minimize os impactos socioambientais, estamos contribuindo para o desenvolvimento rural.

A agroecologia para Azevedo e Netto (2015, p.640) é um modelo de agricultura que se: “faz presente para legitimar o chamado desenvolvimento rural sustentável, devendo-se ao fato de que esta possibilita desenvolver e programar estratégias de transformação social de maneira sustentável”. Nesse sentido, compreendemos a relevância dela para solucionar as questões sociais e ambientais presentes no campo.

A agroecologia para Aquino et al. (2005, p.128) ao: “articular o tradicional (com sustentabilidade histórica) ao novo (de natureza ambiental)”. Sendo assim, ela garante a soberania alimentar, a priorização do agricultor como protagonista, a possibilidade de renda ao agricultor, a participação e organização dos agricultores, a manutenção dos recursos naturais e a minimização dos impactos socioambientais. Além disso, Medeiros (2015) considera a agroecologia como:

Fundamental para a reprodução do campesinato, visto que a mesma influi positivamente no resgate dos saberes tradicionais, associando-os às práticas pensadas para a melhoria do campesinato, econômica, social e ecologicamente falando, bem como faz-se imprescindível para a conscientização do sujeito camponês de manter e lutar pelo seu território e identidade, mostrando-lhe viabilidade ao seu modo de vida e reprodução". (MEDEIROS. 2015, p.134)

Sendo assim, compreendemos a importância dela para o resgate dos conhecimentos tradicionais, para a valorização da cultura local, para a melhoria dos assentamentos rurais nas questões ambientais, econômica e social.

4. CONTEXTO HISTÓRICO, AGRICULTURA MECANIZADA, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS DOS ASSENTADOS NO ASSENTAMENTO AMIGOS DA TERRA

4.1 História do assentamento

O local em que se encontra localizado o assentamento Amigos da Terra era uma fazenda que pertencia à Dra. Joana D'ark Vieira, conforme um relatório de imóvel apresentado na figura 02. Segundo a figura 02, essa fazenda limitava na época do lado norte com o Ribeirão Canto Grande e Sérgio Murasca. Enquanto do lado sul confrontava com Carlos Antônio Ciccozzi, Amilcar Simões e Raul Angosino. Do lado leste faziam limite com Marco Barbetta, Antonio Ferreira, José Ferreira Silva, Domingos Oliveira e Adalto Santos. No lado oeste limita com Raul Angosino e Córrego Ribeirãozinho.

Figura 2 Identificação da proprietária e característica da fazenda

1. - IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIETÁRIA

1.1 Nome: JOANA D'ARC BRAGA VIEIRA
CPF: 360.910.148-20 CI: 3.506.714 - SSP-SP
Nacionalidade: Brasileira; Estado Civil: Divorciada
Profissão: Advogada
Endereço: Rua Florêncio Machado - nº 462, Centro - Araguaína - TO
FAX: 063 - 821-3767

2. - CARACTERÍSTICAS GERAIS DA REGIÃO DE INCIDÊNCIA DO IMÓVEL RURAL

2.1 - Localização Geográfica

Segundo o compêndio "Geografia da Zona do Estado do Tocantins" - Programa Zoneamento Ecológico - Econômico (Editado em 1996 pela SEPLAN/UNITINS), a região em epígrafe está contida no Bico do Papagaio - Zona I.

2.2 - Infra-estrutura de Serviços de Saúde

Os números de estabelecimentos de saúde existentes no Bico do Papagaio, são os seguintes: Hospitais Estaduais - 02; Hospitais Municipais - 08; Privados Conveniados - 05; Centros de Saúde Municipais - 08; Postos de Saúde Municipais - 13; Postos de Atendimento - 04, valendo lembrar que as cidades de Araguaína, Tocantinópolis e Imperatriz, são os maiores prestados de serviços a região.

2.3 - Infra-estrutura de Serviços de Educação

Os números de estabelecimentos escolares de ensino pré-escolar ao supletivo 2º grau, são em torno de 151 escolas nas áreas urbanas e 373 escolas nas áreas rurais, sendo alvitre dizer que em Araguaína e Tocantinópolis existem faculdades (Veterinária e Filosofia) e Escola Agrícola Federal (EAFA) em Araguatins/TO.

2.4 - Infra-estrutura de Atividades Econômicas

A Pecuária é representada pela criação de bovinos, suínos, eqüinos, muares e asininos. Agricultura tem como maiores explorações econômicas as culturas de arroz de sequeiro, milho, mandioca, abacaxi e banana.

Os principais estabelecimentos industriais e comerciais operam nos setores alimentícios, gráficos, metalúrgicos, madeireiro, imobiliário, vestuário e outros.

A rede bancária é composta por bancos oficiais e particulares como: Banco do Brasil S/A e Bamerindus; a região também dispõe de rede elétrica urbana e rural; os meios de comunicação compreendem os serviços oferecidos pelos canais de televisão, correios, telégrafos, telefonia urbana e rural e assistência técnica; organizações de trabalhadores rurais ligados ao sindicalismo associativismo e cooperativismo.

LAUDO DE AVALIAÇÃO DA FAZENDA CANTO GRANDE - MUNICÍPIO DE DARCINÓPOLIS

3

2.5 - Clima

- Temperatura média anual: 25 – 27°C
- Precipitação média anual: 1600 – 1900mm
- Umidade relativa média anual: 70 – 80%



2.6 - Vegetação

- Floresta Ombrófila Aberta; Savana; Savana Parque; Floresta Estacional Decidual Submontana/Atividades Agrícolas; Áreas de Tensão Ecológica.

2.7 - Relevo

Consiste em uma região onde predomina o relevo plano a suave ondulado, possuindo porém algumas partes de relevo do tipo mais acidentado.

2.8 - Rede Hidrográfica da Região

Bacia Tocantins – sub bacias: Campo Alegre, Curicaca, Mosquito, Xupé, Gameleira, Grande, Botica, Santo Antonio, São Domingos e Bom Jesus;

Bacia Araguaia – sub bacias: Corda, Piranhas, São Martinho, Barreiro.

2.9 - Atividades Econômicas

Artesanato de madeira; funcionalismo público, setor agropecuário.

3. - IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

3.1 - Denominação: "FAZENDA CANTO GRANDE"

3.2 - Área Registrada: 8.947,3274 hectares

3.3 - Área Medida: 8.846,3046 hectares

3.4 - N° de Módulos Fiscais: 110,57 MF

3.5 - Código do INCRA: 921.114.019.607-3

3.6 - Localização

Município de Darcinópolis

3.7 - Limites e Confrontações

Norte: Ribeirão Canto Grande e Sérgio Murasca;

Sul : Carlos Antônio Costacurta Ciccozzi, Amílcar Pereira Simões e Raul Angosino;

Leste: Marco Aurélio Vieira Barbeta, Antonio Ottoni Ferreira, José Ferreira da Silva, Domingos Pereira de Oliveira e Adalberto Rodrigues dos Santos;

Oeste: Raul Angosino e Córrego Ribeirãozinho.

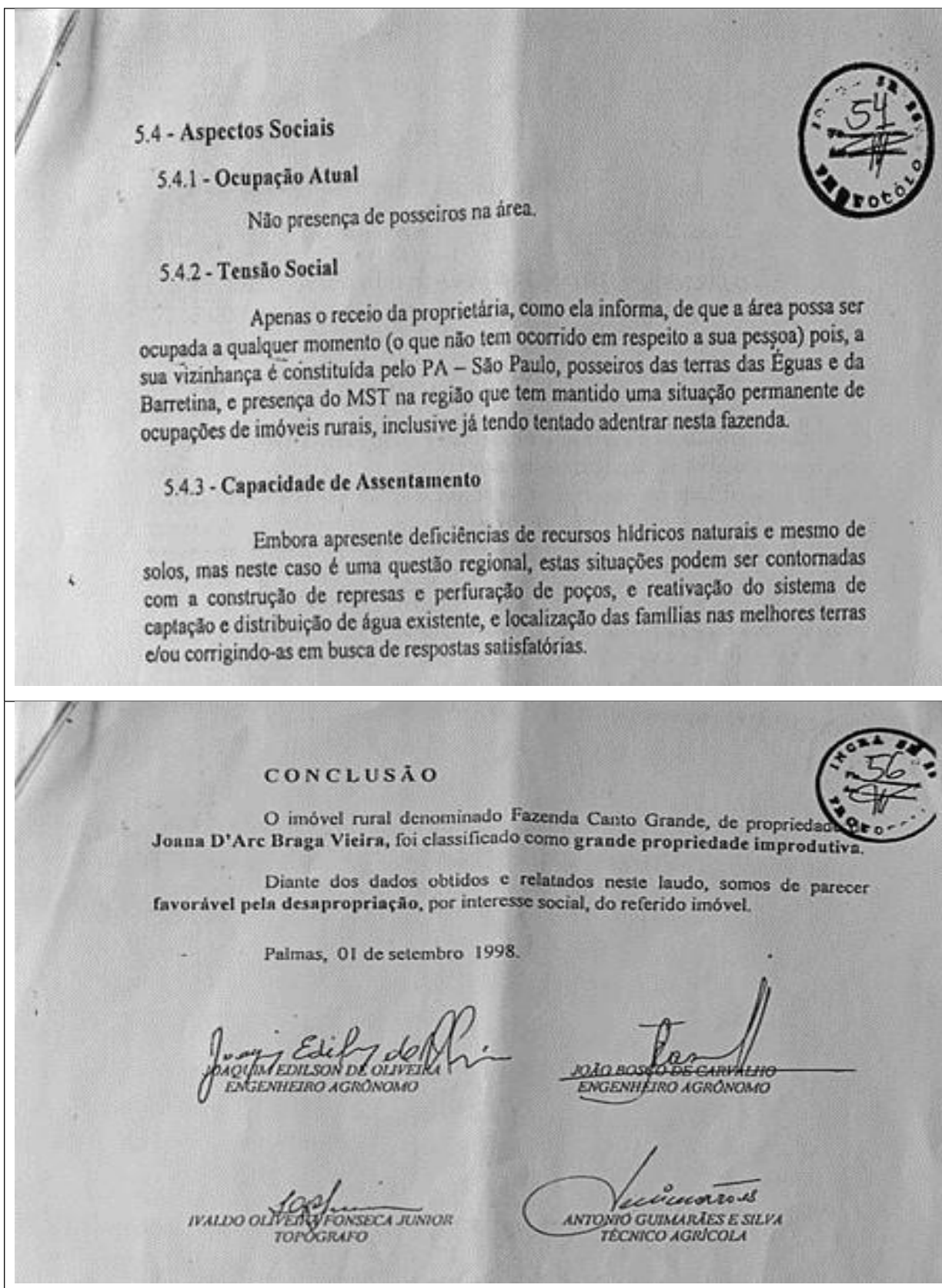
LAUDO DE AVALIAÇÃO DA FAZENDA CANTO GRANDE - MUNICÍPIO DE DARCINÓPOLIS

Esses eram os limites e confrontações da fazenda na época que tinha por nome Fazenda Canto Grande. Consoante a com figura percebe-se que a dona da fazenda Joana D'ark Vieira era advogada na época e as características gerais da região que se localizam a fazenda eram da seguinte forma: A mesma se localizava conforme o documento no Bico do Papagaio, com relação a serviços de saúde no bico do papagaio na época era dois hospitais estaduais, oito hospitais municipais, hospitais privados ou conveniados haviam cinco, centro de saúde municipais oito, posto de saúde municipais tinham treze e tinham quatro postos de atendimento.

Conforme o documento, as maiores cidades prestadoras desses serviços era Tocantinópolis, Araguaína e Imperatriz. Com relação a escolas nessa região havia 524 escolas de ensino pré-escolar ao supletivo do 2º grau e faculdades em Araguaína e Tocantinópolis. No quesito a atividades econômicas, o documento da figura 02 consta que a pecuária presente na região na época era bovina, suínos, equinos, muares e asininos. Com relação à agricultura havia a cultura de arroz, sequeiro, milho, mandioca, abacaxi e banana.

Relacionada a comunicação, o documento aponta que os meios de comunicação era a televisão, correios, telégrafos, telefonia urbana e rural e as organizações de trabalhadores rurais ligados ao sindicalismo e cooperativismo. No entanto, mesmo a fazenda tendo esses limites territoriais e se localizando na região do bico, em 1998, conforme a figura 03, há um parecer de desapropriação da fazenda.

Figura 3 Aspectos sociais e conclusão do laudo da fazenda



Fonte: (INCRA)

Com base no laudo apresentado na figura 03, os motivos que levou ao parecer favorável à desapropriação da fazenda foram: o receio da proprietária de que a área poderia ser ocupada a qualquer momento e pela fazenda se classificada improdutiva. Ao abordar sobre esse pedido de desapropriação, bem como a ocupação da fazenda para a criação do assentamento Barros (2022) ressalta que houve uma:

Iniciativa de um pedido de desapropriação da Fazenda Canto Grande de propriedade da Dra. Joana D'ark Vieira pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Tocantinópolis em 1996, que não tendo êxito, em 1998 se juntou com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) com a tentativa de ocupação da fazenda. Porém, só conseguiram ocupar a fazenda a partir do dia 23 de maio de 1999, após a proprietária da fazenda haver negociado com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). (BARROS. 2022, p.24)

Nesse sentido, o processo para a criação do assentamento, Amigos da Terra inicia-se em 1996 com apoio de dois movimentos sociais, e em 1999 ocorre a chegada das primeiras famílias nesse assentamento. Com base nas informações coletadas com os entrevistados, uma boa parte dessas famílias tiveram informações a respeito da criação desse assentamento por meio de parentes (irmão, sogro, pai), amigos e o INCRA. Essas famílias vieram dos municípios de Santa Terezinha, Angico, Palmeiras, Araguaína, Wanderlândia e municípios circunvizinhos de Darcinópolis-TO.

Essas famílias que vieram para o assentamento, uma boa parte delas faziam parte dos movimentos sociais: MST, CPT e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ao vim para o assentamento essas famílias tinha como objetivo conquistar uma terra, como o seu Antônio Alegre que disse que um: “dos motivos ao vim morar no assentamento era conseguir uma terra para sustentar sua família”. A maioria dessas famílias tinha casa no município de origem antes de vim para o assentamento, como é caso da dona Maria do Carmo que antes de vim para o assentamento ela disse que tinha: “casa em Araguaína”.

Quando essas famílias chegaram no assentamento tiveram apoio dos movimentos sociais. Conforme o seu Zé Fausto, a CPT foi um dos movimentos que apoiou as primeiras famílias quando chegaram no assentamento. Para dona Domingas, uma das primeiras moradoras do assentamento, esses movimentos “além de contribuir para a criação do assentamento, deram suporte às primeiras famílias que

chegaram no assentamento no dia 23 de maio de 1999”. Na figura 04 apresentam uma foto com a participação de um desses movimentos no início do assentamento.

Figura 4 Comemoração de aniversário de uma das primeiras moradoras do assentamento



Fonte: CRUZ (2000)

Ao falar da situação de vida e as dificuldades dessas famílias quando chegaram no assentamento Barros (2022, p.24-25) afirmam que elas se depararam com:

Diversas dificuldades, como a falta de água tratada, que por ser uma região de cerrado, e devido no início da criação do assentamento ainda não ter um poço artesiano, as famílias utilizavam água de dois açudes que ficavam a 3 km da agrovila, essa água era usada para afazeres domésticos, para o cozimento de alimentos, tomar banho e até para beber, etc. Outro problema deparado também foi a falta de uma casa para morar, levando as famílias a viverem em barracas de lona, além da falta de linha telefônica para a comunicação, a falta de escola, energia elétrica e a dificuldade de fazer as roças para a sua subsistência, devido à falta de recursos financeiros para a mecanização e preparação do solo. (BARROS.2022, p.24-25)

Nessa perspectiva, as primeiras famílias quando chegaram no assentamento em 1999 se depararam no assentamento com dificuldades relacionadas à infraestrutura e a questões financeiras. Na figura 05 apresentam as primeiras casas feitas na agrovila em 1999.

Conforme as imagens da figura 05 observa-se um pouco dessa falta de infraestrutura que havia no assentamento em 1999. Seu Antônio Alegre, um dos

primeiros moradores do assentamento, relata que quando chegaram no assentamento “Ninguém tinha nada quando chegamos para cá, não tinha onde morar, foi difícil no início pois não tínhamos condições financeiras para comprar arroz, feijão ... as coisas básicas de casa que são os alimentos”. Com esses problemas encontrados no assentamento, as famílias se juntam ao INCRA para reivindicação da perfuração de um poço artesiano, da construção de casas populares, da implementação de energia elétrica no assentamento e para a demarcação das terras para os assentados.

Figura 5 Primeiras casas na agrovila



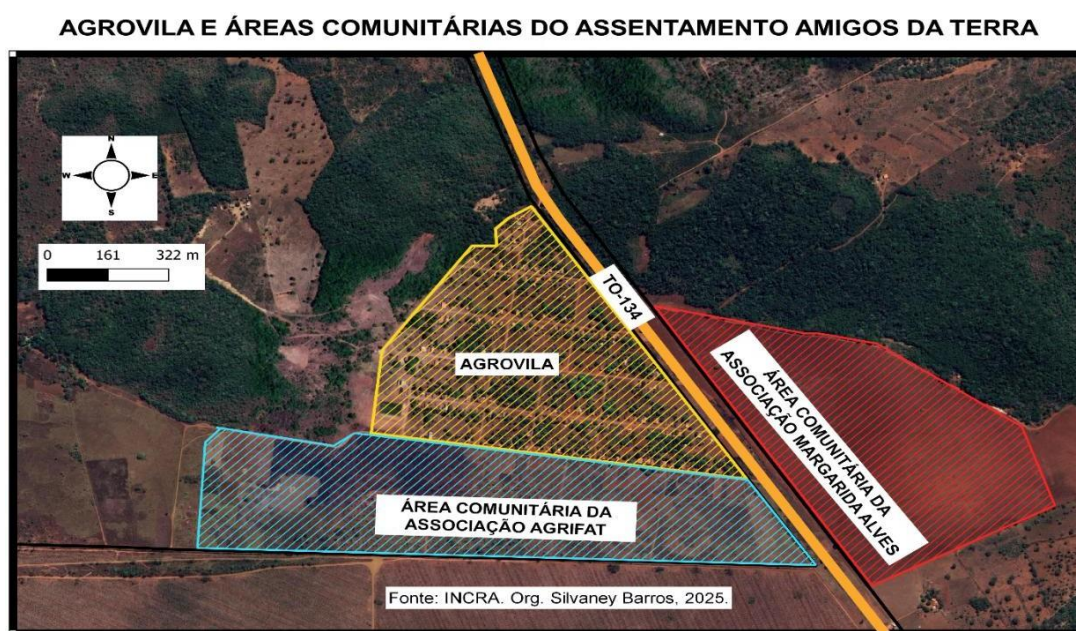
Fonte: Cruz (1999)

Ao relatar as conquistas que começaram a chegar no assentamento em 2000 Barros (2022, p.25) aponta a perfuração de um: “poço artesiano bem como a energia elétrica na agrovila [...] a demarcação de duas áreas comunitária Agrícola de 50

hectare cada, a demarcação de 159 parcelas, das reservas patrimônios e da própria agrovila [...] foram assentadas 159 famílias no assentamento”.

Nisto, em 2000 começa a demarcação das terras, das áreas comunitárias e da agrovila, no mapa da figura 06 observa-se como ficou a divisão da agrovila e das áreas comunitárias após a demarcação.

Figura 6 Mapa das áreas comunitárias e da agrovila do assentamento



Fonte: INCRA. Org. Silvaney Barros (2025)

Após a demarcação das terras e criação da agrovila do assentamento, esses agricultores receberam os títulos definitivos de suas terras e começaram a trabalhar em suas terras, conforme as informações levantadas nas entrevistas, todos eles tiveram dificuldade em produzir em suas propriedades no início como a Maria do Carmo que ao ser perguntada sobre as dificuldades encontradas para produzir na terra no início da criação do assentamento relata que:

Quando cheguei pra cá me deparei com uma terra totalmente diferente em que plantava milho, arroz e não conseguia colher, pois era uma terra que para trabalhar nela precisava de conhecimento de como colocar a adubação correta, como preparar o solo, de recursos financeiros para aradar o solo e comprar as sementes e adubo.

Em consonância com a Maria do Carmo percebem-se as dificuldades que esses agricultores encontraram para produzir em suas terras quando chegaram no assentamento. Em 2001, conforme Barros (2022) a:

Prefeitura do município em parceria com o Consórcio Estreito Energia Usina Hidrelétrica Estreito (CESTE) construiu uma escola que atende alunos do 1º ao 5º ano, foi construída também pela associação AGRIFAT em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), uma sala digital. (BARROS. 2022, p.25)

Dentre essas políticas públicas fora construída de 2000 a 2001 as primeiras casas populares na agrovila conforme apresentado na figura 07.

Figura 7 - As primeiras casas populares em 2001



Fonte: Cruz (2001)

Além das construções das casas, em 2001 foi colocado no assentamento energia elétrica, perfurado um poço artesiano e em 2005 foi construída uma escola que atende alunos do ensino fundamental conforme apresentado na figura 08. Nessa escola e atendido os filhos dos moradores do assentamento, ela funciona no período matutino e vespertino e atende alunos da primeira à quarta série do Ensino Fundamental I.

Figura 8 Escola municipal construída no assentamento



Fonte: Silvaney Barros (2025)

Além dessa escola feita no assentamento foi liberado também nesse período segundo seu Adelson a: “linha de crédito APOIO e PRONAF “A” e assistência técnica para acompanhar esses agricultores familiares”. O acompanhamento técnico a esses agricultores foi por um período de dois (2) anos, no decorrer desses anos os técnicos incentivaram os agricultores a trabalharem com os plantios irrigados de maracujá, melancia e com a criação de gado.

No entanto, esse incentivo e apoio governamental para esses agricultores não teve resultados. Segundo seu Zé Fausto esses resultados não ocorreram porque os: “técnicos na época que saiu o financiamento incentivou as famílias a trabalharem com plantios irrigados de maracujá, abacaxi e criação de gado, e isso não dava certo porque o assentamento é uma região seca”. Nesse sentido, em consonância com o seu Zé Fausto, os tipos de atividades incentivados pelos técnicos não eram propícios para trabalhar no assentamento naquele momento. Com esses resultados negativos ocorridos mediante as formas de produção exigidas pelos técnicos, esses agricultores ficaram no prejuízo, com isso muitos desanimaram em trabalhar em suas terras e terminaram vendendo suas propriedades e migraram para a cidade.

Ao abordar sobre os principais fatores responsáveis pela migração, campo e cidade, dona Nilva ressalva:

Uma das questões que faz o povo a sair do assentamento são as dificuldades encontradas para plantar suas roças de arroz, de milho, de mandioca, pois a gente não tem condições financeiras de preparar o solo para o cultivo e com isso, muitos acabam desistindo de continuar vivendo aqui e vai para a cidade.

Conforme a fala da dona Nilva, compreende-se que a falta de políticas públicas que incentive a esses agricultores a produzirem em suas terras é um dos fatores que leva essas famílias a venderem suas terras e morar na cidade. Outro fator responsável por essa migração, conforme os dados coletados nas entrevistas, estão relacionados a casos de saúde, principalmente devido o assentamento conter atualmente uma população mais idosa. Ao falar sobre a possibilidade de vender sua terra futuramente, seu Antônio afirma: “não estou bem de saúde, não consigo trabalhar na minha terra por mais que tenho vontade, não posso mais devido à doença, por isso vou ter que vender”.

Neste sentido, a migração dos jovens para a cidade em busca de oportunidades deixou o assentamento com uma população idosa. Por esse público não ter condições de trabalhar em suas terras, não resta uma alternativa senão a venda da propriedade.

Ao abordar sobre a vida dos agricultores familiares no campo, Valadares *et al.* (2016, p.61) ressaltam que esses agricultores a continuarem vivendo no campo “precisam lutar por condições objetivas que garantam sua permanência e pelo acesso a direitos básicos de cidadãos. Quando não saem vitoriosos desta luta, não lhes restam alternativas, senão migrar para as cidades”. Dessa forma, esses agricultores familiares ao lutar pelos direitos básicos de cidadãos esperam que suas expectativas sejam atendidas e quando isso não acontece não resta uma alternativa senão migrar para as cidades.

Esses mesmos fatores aconteceram no assentamento Amigos da Terra nos últimos anos. Em que uma boa parte dos agricultores com a precariedade de infraestrutura no assentamento acabou migrando para a cidade. A outra parte que permaneceu no assentamento continuou trabalhando em suas terras, com o tempo foram se adaptando a região e mesmos com os desafios da falta de recursos financeiros, da insuficiência da água para irrigação, da precariedade de infraestrutura no assentamento e dentre outros problemas encontrados, continuou cultivando em suas propriedades, o arroz, milho, feijão etc. Como o seu Antônio Alegre que mesmo

em meio as dificuldades financeiras para aquisição de insumos e para mecanização do solo continua criando “galinha, gado” e produzindo em sua terra: “arroz, feijão e milho”. Ao serem perguntados se pretende sair do assentamento futuramente, dona Maria do Carmo, seu Antônio Alegre, Dona Domingas, Dona Nilva e seu Zé Fausto responderam “não”.

4.2 Situação social, ambiental e econômica atual do assentamento, Amigos da Terra

Com base nas informações obtidas a partir das entrevistas com os sete (7) moradores, percebe-se que muitos enfrentaram dificuldades para continuar seus estudos. Um exemplo disso é o seu Zé Fausto, que comenta:

Eu morava em uma fazenda quando era pequeno, ajudava meus pais, naquele tempo as coisas era mais difícil não é como hoje, tive que trabalhar criança ainda, o acesso a escola era difícil, pois a gente morava longe da cidade, não tinha carro pra mim levar até a cidade para a escola e meus pais também não deixou eu estudar.

Conforme seu Zé Fausto, o trabalho e a dificuldade ao acesso à escola foi um dos motivos que impossibilitou a continuar seus estudos. Conforme os dados coletados nas entrevistas, percebe-se que dos sete (7) entrevistados, 3 possuem ensino médio completo e 4 possuem ensino fundamental incompleto.

Com relação às mudanças ocorridas no assentamento nos últimos anos, Dona Domingas ressalva:

O assentamento melhorou muito, no início as primeiras famílias quando chegaram no assentamento não encontraram as benfeitorias e facilidades que temos hoje. Hoje temos água encanada, temos as nossas casas construídas, temos uma escola na comunidade, temos energia elétrica, rede de internet, temos um campo de futebol, uma parte das ruas da agrovila estão calçadas, temos uma cooperativa ativa para apoiar nossa comunidade coisas que não tínhamos quando chegamos pra cá no início.

Conforme a fala da dona Domingas, percebe-se que houve uma mudança significativa no assentamento nos últimos anos. Na figura 09 podemos constatar essas mudanças apontadas pela dona Domingas. A figura 09 apresenta do lado direito o campo de futebol feito na comunidade e do lado esquerdo uma das ruas do assentamento com calçamento. Maria do Carmo ao falar sobre as benfeitorias feitas no assentamento nos últimos anos cita: “água encanada, energia, casas construídas, escola e asfalto nas ruas da agrovila”.

Figura 9 Foto da rua Padre Josimo e do campo de futebol do assentamento



Fonte: Silvaney Barros (2025)

Conforme o gráfico da figura 10 de um artigo publicado em 2022, mostra que a maioria dos entrevistados afirma que houve melhora na infraestrutura do assentamento. Com base no gráfico da figura 10, nota-se que para 97,30% dos entrevistados houve uma melhora na infraestrutura do assentamento nos últimos anos. Enquanto para 2,70% não houve nenhum avanço.

Figura 10 Gráfico sobre infraestrutura no assentamento



Fonte: Silvaney Barros (2022)

Com relação aos aspectos econômicos, o seu Zé Fausto aponta: “Hoje temos no assentamento a cooperativa COOAFETO, ela fornece suporte técnico para nós aqui no assentamento, por meio dela consigo comercializar a farinha, cheiro verde, todos os produtos que produzo aqui na roça”.

A figura 11 apresentam a foto da sede da cooperativa. A sede dessa cooperativa fica localizado no assentamento Amigos da Terra, município de Darcinópolis–TO. Ao falar a história da Cooperativa de Produção e Comercialização da Produção Agrícola dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins - COOAFETO dona Domingas fala que por:

Volta de 2017 o senhor Wilson juntamente com o gerente do banco do Brasil começou a pensar em uma cooperativa que contribuíssem para o fortalecimento da agricultura familiar (...) em 2021 essa cooperativa foi registrada e hoje a COOAFETO tem como objetivo ajudar os agricultores na comercialização e organização, dando suporte técnico a esses agricultores e na reestruturação e organizações das associações dos assentamentos beneficiados pela cooperativa.

Nesse sentido, em consonância com a fala da dona Domingas, percebemos a relevância da cooperativa para os agricultores que vivem no assentamento e agricultores dos municípios vizinhos beneficiados por essa cooperativa.

Figura 11 Foto da sede da cooperativa COOAFETO



Fonte: Silvaney Barros (2025)

Ao falar sobre os produtos produzidos no assentamento, seu Zé Fausto conta: “Que houve um avanço, hoje os agricultores que vivem no assentamento conseguem produzir em suas propriedades milho, mandioca, fava, feijão... há pessoas que trabalham com hortaliças também, como é meu caso”. Dessa forma, constamos uma diversidade de produtos produzidos por esses agricultores no assentamento. Na figura 12 apresentam um pouco dessa diversidade produzido no assentamento.

Na figura 12, mostra na imagem do lado esquerdo uma foto da horta na propriedade do seu Zé Fausto, na imagem do lado direito mostra uma foto do plantio de mandioca na propriedade do seu Valdemar. Ao Observar as propriedades das pessoas entrevistados e as respostas dadas por eles no questionário, nota-se que uma boa parte desses agricultores trabalha com uma agricultura pautada em um modelo convencional. No gráfico da figura 13 podemos ver o quantitativo de

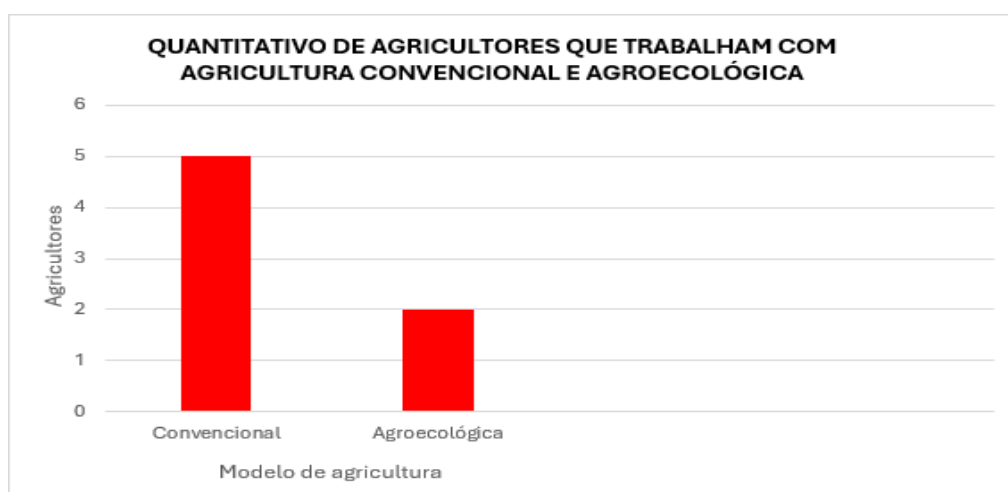
agricultores que trabalha com uma agricultura convencional e agroecológica. Esses produtos produzidos no assentamento, segundo dona Domingas “são para a subsistência e quando sobra são comercializados nos comércios, feiras, porta-em-porta e via cooperativa (COOAFETO)”.

Figura 12 Produtos produzidos no assentamento



Fonte Silvaney Barros (2025)

Figura 13 Agricultores que trabalha com agricultura no modelo convencional e agroecológica



Fonte: Silvaney Barros (2025)

Conforme o gráfico apresentado na figura 13, dos sete (7) agricultores entrevistados, cinco (5) afirma que trabalha a agricultura de modelo convencional e dois (2) no modelo agroecológico. Ao falar sobre a produção agroecológica, dona Domingas afirma que: “não uso veneno, adubo químico no meu plantio, há muito tempo tenho essa concepção de que o veneno prejudica a saúde, o uso dele contamina também os alimentos, a água”. Enquanto nos plantios de modelos convencionais é utilizado insumos químicos como é caso do seu Antônio Alegre, segundo ele: “de vez em quando coloco veneno nos meus plantios para combater as pragas”. Nesse sentido, as dificuldades do manejo, solo e combate as pragas e o que leva uma boa parte dos agricultores a optar por uma agricultura de modelo convencional.

Ao falar da produção desses produtos no assentamento dona Domingas afirmam que: “são para garantir o sustento da família e quando sobra são comercializados nos comércios, feiras, porta-em-porta e via cooperativa (COOAFETO)”. Dessa forma, os produtos produzidos pelos agricultores do assentamento são para a subsistência da família e quando excedidos são comercializados.

Ao observar os problemas existentes no assentamento. Notamos a precariedade em algumas estradas que dão acesso as chcaras que é uma das dificuldades do seu Zé Fausto para escoar a produção, segundo ele: “durante as chuvas e muito difícil para andar na estrada, o carro atola, tenho dificuldade em levar meus produtos para vender na cidade”. A figura 14 mostra a situação de uma dessas estradas.

Figura 14 Estrada de acesso às propriedades da região da Canto Grande



Fonte: Silvaney Barros (2022)

Outro problema notado, também, é a expansão da monocultura da soja, eucalipto e milho dentro e no entorno do assentamento. Ao comentar sobre a expansão do eucalipto, soja e milho entorno e dentro do assentamento seu Antônio Alegre afirma que trouxe para a comunidade: “a mudança do clima e a perda do habitat dos animais”. Para dona Nilva a expansão dessas monoculturas trouxe: “poluição do ar, o desmatamento da floresta e a extinção dos animais”.

Ao analisar os dados do MapBiomas nota-se que a expansão da soja e agropecuária começa a se intensificar no assentamento a partir de 2010, conforme apresentado na tabela 05. Ao analisar a tabela 05, percebe-se um crescimento do setor agropecuário no assentamento. Em 2004 a área utilizada para a agropecuária correspondia a 490 hectare, enquanto em 2023 essa área passou para 1.864 hectare. Com relação à monocultura da soja nota-se que em 2010 e 2017 área utilizada para o cultivo dessa monocultura era de 7 a 8 hectare, e em 2023 reduziu para 3 hectare.

Tabela 5 Expansão da monocultura de soja e agropecuária dentro do assentamento

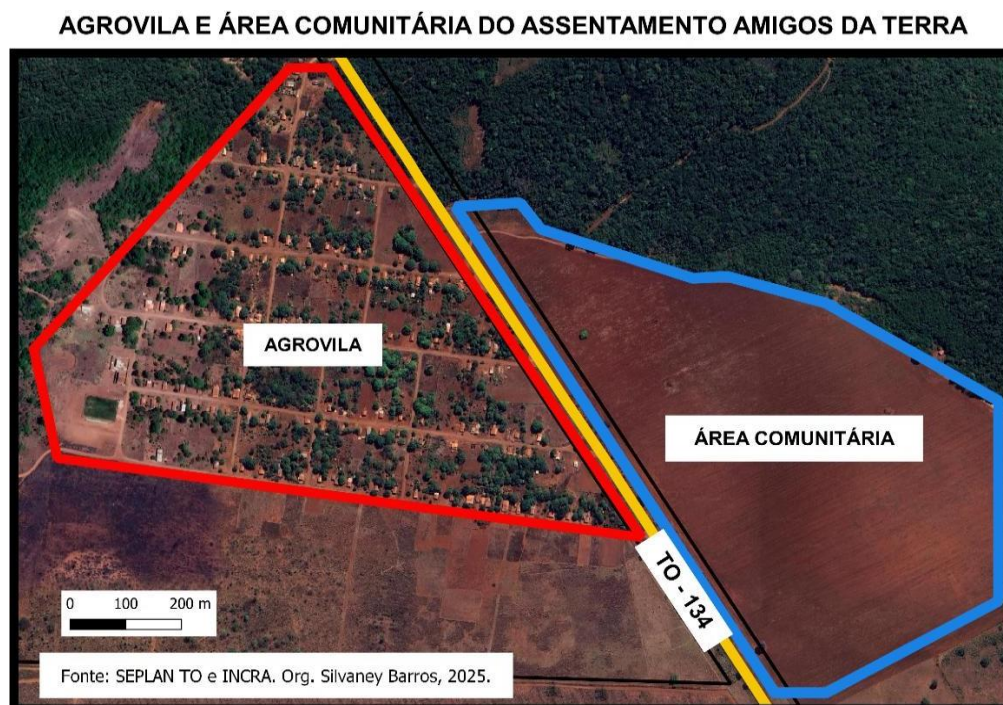
AGROPECUÁRIA E SOJA DENTRO DO ASSENTAMENTO AMIGOS DA TERRA DE 2004 A 2023		
Ano	Agropecuária (Em Hectares)	Soja (Em Hectares)
2004	490	1
2010	516	8
2017	1.135	7
2020	1.251	2
2023	1.864	3

Fonte: Mapbiomas. Org. Silvaney, 2025.

Fonte: MapBiomas. Org. Silvaney Barros (2025)

O cultivo da monocultura da soja no assentamento é realizado com a utilização de máquinas pesadas e uso de insumos químicos. A área utilizada para o cultivo dessa monocultura são terras que eram de agricultores familiares que venderam para fazendeiros da região e uma área comunitária que está arrendada para o cultivo dessa monocultura. Essa área comunitária fica próximo da agrovila conforme o mapa apresentado na figura 15.

Figura 15 – Agrovila e área comunitária do assentamento, Amigos da terra



Fonte: SEPLAN TO e INCRA. Org. Silvaney Barros (2025)

Por essa área arrendada conforme apresentado na figura 15 estar próximo a agrovila, percebe-se o impacto que esse monocultivo trará para os moradores. Para seu Antônio, a expansão dessas monoculturas dentro e no entorno do assentamento não tem gerado nenhum benefício para a comunidade. Uma das moradoras que mora próximo a essa área relata: “antigamente eu conseguia produzir no quintal de casa, mais com a chegada da soja aqui não consigo mais, pois o veneno que eles jogam lá atingem minhas plantas aqui”. Em consonância com essa moradora, a presença dessa monocultura nessa região além de afetar os plantios dos agricultores afetam também a saúde das famílias que vivem próximo. Na figura 16 mostra uma das lavouras de soja dentro do assentamento.

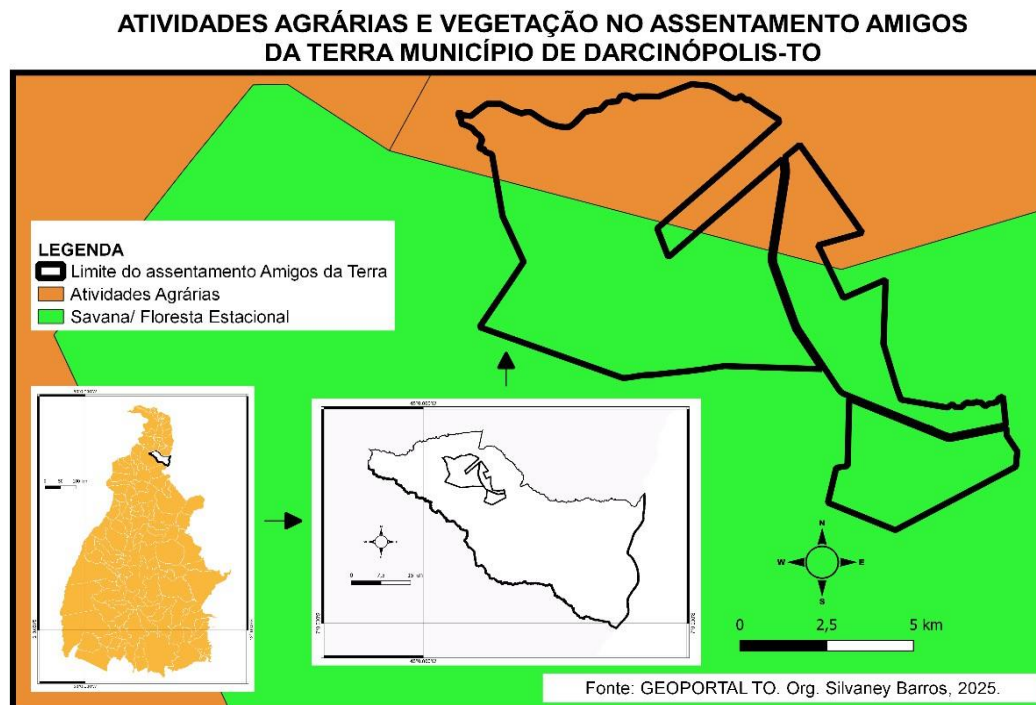
Figura 16 Lavoura de soja dentro do assentamento, Amigos da Terra



Fonte: Silvaney Barros (2025)

A figura 16 apresentam uma propriedade mecanizada para o cultivo da soja. A expansão dessas monoculturas dentro e no entorno do assentamento ocorre devido ao mesmo se encontrar em uma vegetação de savana/floresta estacional conforme apresentado no mapa da figura 17.

Figura 17 Vegetação e atividades agrárias no assentamento Amigos da Terra



Fonte: GEOPORTAL TO. Org. Silvaney Barros (2025)

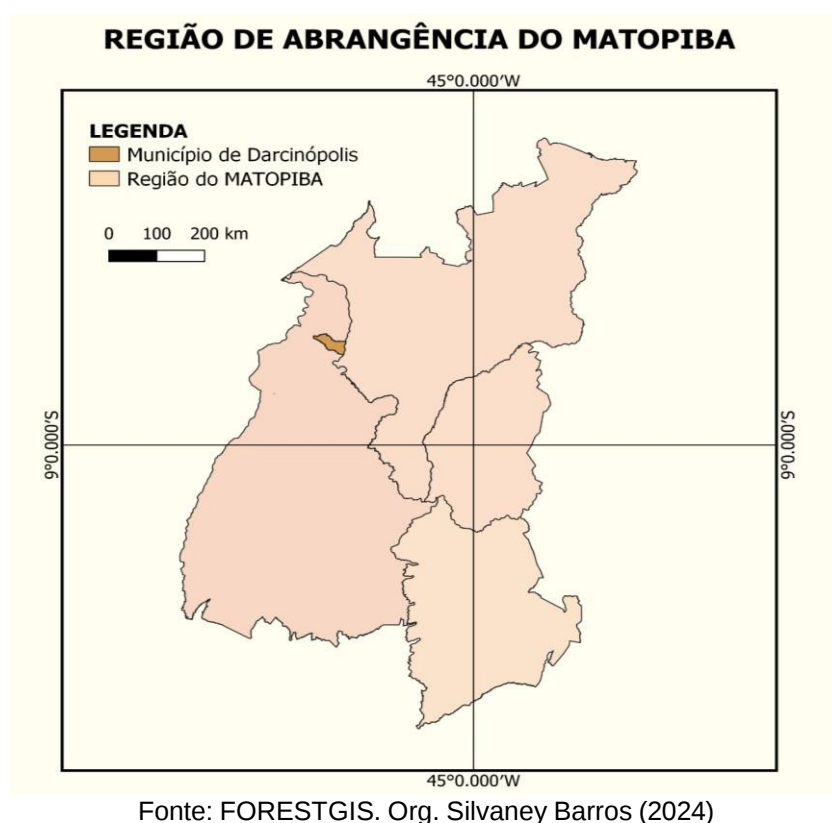
Conforme apresentado no mapa da figura 17 percebemos que a vegetação savana/floresta estacional ocupa a maioria do assentamento, esse tipo de vegetação é caracterizada por uma vegetação herbácea, intercaladas por plantas de pequeno porte. Outro fator a nota-se no mapa e as atividades agrárias no assentamento. Essas atividades, agrarias, ocorre com a expansão das monoculturas nessa região e devido o assentamento está localizado dentro da região do MATOPIBA tema a ser discutido no próximo tópico.

4.3 Influência do MATOPIBA para a expansão da agricultura mecanizada dentro e no entorno do assentamento

O MATOPIBA é um acrônimo formado pelas primeiras sílabas dos seguintes estados: Tocantins, Piauí, Bahia e Maranhão. A região do MATOPIBA para Mondardo e Azevedo (2019, p.297) é considerada: “a mais nova fronteira agrícola nacional, o novo”celeiro de produção de grãos”. Dessa forma, essa região composta por áreas de

cerrado é um território propício para as principais monoculturas de soja, milho, gergelim e eucalipto. Nessa perspectiva, o município de Darcinópolis que se localiza nessa região conforme apresentado no mapa da figura 18 teve um crescimento expressivo dessas monoculturas nos últimos anos.

Figura 18 Localização do município de Darcinópolis-TO na região do MATOPIBA



Na tabela 06 podemos observar o crescimento da agropecuária de 1999 a 2023 neste município. Ao observar os dados da tabela 06 percebe-se que em 1999 a área utilizada para agropecuária no município de Darcinópolis era 14.903 hectares, chegando a 53.056 hectares em 2023.

Tabela 6 Área utilizada para a agropecuária em Darcinópolis-TO

ÁREA UTILIZADA PELA AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE DARCINÓPOLIS-TO DE 1999 A 2023	
Ano	Hectares
1999	14.903
2006	25.049
2014	30.914
2023	53.056
Fonte: MapBiomass. Org. Silvaney Barros, 2024.	
Fonte: MapBiomass. Org. Silvaney Barros (2024)	

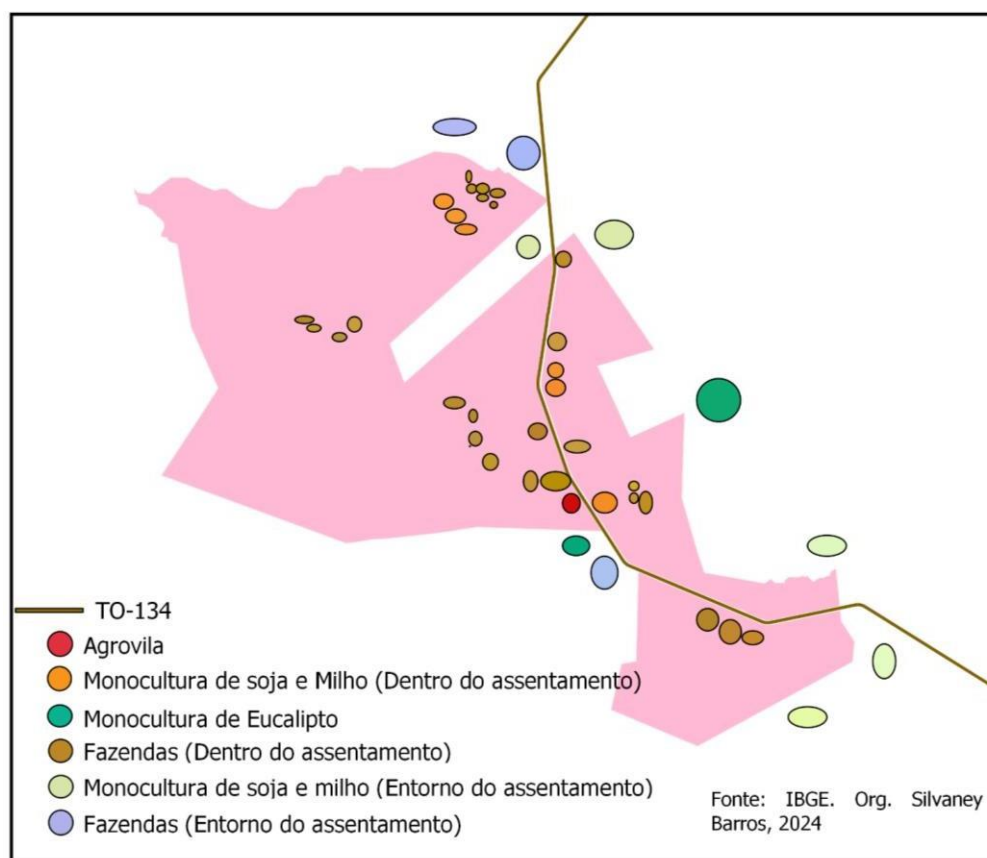
Ao analisar os dados apresentados na tabela 07 notamos também um crescimento expressivo da monocultura da soja neste município nos últimos anos. Conforme os dados da tabela 07, a área utilizada para a monocultura de soja em Darcinópolis saltou de 18 hectares no ano de 2000 para 9.234 hectares em 2023. Diante disso, a expansão do agronegócio nesse município acabou de uma certa forma afetando também o assentamento, Amigos da Terra, que por localizar nesse município as monoculturas de soja, milho e eucalipto vem se expandindo dentro e no entorno dele.

Tabela 7 Monocultura da soja em Darcinópolis de 2000 a 2023

ÁREA UTILIZADA PELA MONOCULTURA DA SOJA NO MUNICÍPIO DE DARCINÓPOLIS-TO DE 2000 A 2023	
Ano	Hectares
2000	18
2006	2.869
2014	6.091
2023	9.234
Fonte: MapBiomass. Org. Silvaney Barros, 2024.	
Fonte: MapBiomass. Org. Silvaney Barros (2024)	

No mapa da figura 19 podemos ver a presença dessas monoculturas tanto no entorno como dentro do assentamento. Nessa perspectiva, a figura 19 apresenta um esboço de localização da agrovila, das monoculturas de soja, milho e eucalipto próximo e dentro do assentamento. Conforme a legenda desta figura o ponto vermelho e a localização da agrovila que há dentro do assentamento. O ponto laranja aponta as monoculturas de soja e milho que há dentro do assentamento. O ponto verde-escuro são as monoculturas de eucalipto que estão próximas do assentamento. No ponto roxo apresenta as áreas que antes eram de agricultores familiares e que agora são fazendas, ou seja, essas áreas eram terras de agricultores familiares vendidas para fazendeiros. O ponto verde-claro mostra as monoculturas de soja e milho que se encontram em torno do assentamento e o ponto lilás claro aponta as fazendas que estão em torno do assentamento. Na figura 19 apresentam a presença dessas monoculturas no assentamento.

Figura 19 Fazendas e Monoculturas dentro e próximo do assentamento em 2024



Fonte: INCRA. Org. Silvaney Barros (2024)

A figura 20 apresenta do lado esquerdo uma área dentro do assentamento preparada para o monocultivo de soja e milho. Enquanto a do lado direito apresenta próximo do assentamento a monocultura de eucalipto da Suzano, uma empresa brasileira. A Suzano é considerada uma das maiores produtoras mundial de celulose. Essa empresa tem uma fábrica de celulose em Imperatriz-MA. Hoje, por assentamento se uma área de abrangência da Suzano, a Suzano tem implementado políticas neoliberais para a comunidade. Dentre essas estão a parceria com a cooperativa COOAFETO, a doação de sementes, insumos, assistência técnica e projetos.

Ao abordar sobre essas monoculturas de eucalipto no Brasil Oliveira e Santos (2016, p. 38), ressalta que a abertura econômica do Brasil nos anos 1990, permitiu às empresas gigantes da celulose o acesso a áreas de grande produtividade, onde as plantações de eucalipto atingem a idade de corte em períodos curtos de cinco a oito anos, contra períodos de 20 a 25 anos nos países de origem dessas empresas.

Figura 20 Monoculturas no assentamento Amigos da Terra



Fonte: Silvaney Barros (2024)

Com a velocidade que o eucalipto vem avançando em território brasileiro, não demorará muito para o país assumir a liderança mundial na produção de madeira para celulose, pois, temos os fatores que contribui para além das condições naturais tais

como o emprego da mecanização, a fertilização dos solos e a utilização de biotecnologia.

Segundo os referidos autores, as vantagens comparativas desses territórios são utilizadas ao extremo, onde os latossolos tropicais e os cursos d'água são convertidos em meros sustentáculos para a produção de espécies de eucalipto geradas em laboratórios especializados, que utilizam o conhecimento atual da biotecnologia para combinar os genes mais produtivos de espécies diferentes e criar um híbrido que atenda a insaciável sede de lucratividade do capital.

Na verdade, no Brasil, a expansão do capital via totalidade extensiva se deu pela utilização dos dois processos: um pela compra direta de milhares de hectares de terra e outro pela monopolização do território através da subordinação da produção dos proprietários rurais. Neste caso, inclusive com a participação do Estado em fomentar a atividade através do Programa Pronaf Floresta, no qual a produção de eucalipto é realizada com financiamento público. Entretanto, o discurso oficial aponta para o fortalecimento da agricultura familiar, mas que, na realidade, trata-se de mais uma modalidade de favorecimento estatal às empresas do agronegócio.

O domínio do território é realizado através da compra direta de grandes extensões de terra (territorialização) ou da compra da produção de terceiros (monopolização do território), quando as empresas comandam as decisões do que, quanto, quando e como produzir sem serem proprietárias efetivas das terras monopolizadas. Ou seja, há um processo de territorialização das empresas de controle do território sem, necessariamente, sem serem proprietárias da produção ou das terras.

O processo de territorialização das empresas de celulose e papel, via expansão do agronegócio do eucalipto, é fruto do movimento global de reprodução ampliada do capital em direção aos territórios com condições edafoclimáticas favoráveis à produtividade de biomassa. Com condições favoráveis o tempo de produção é diminuído, o que vai contribuir para a acumulação do capital. Por outro lado, as grandes extensões de terra que podem ser adquiridas a um custo baixo e, inclusive, o Estado financia grande parte do empreendimento industrial e florestal, e financia também a infraestrutura de transportes e comunicações e ainda flexibiliza as leis trabalhistas e ambientais, são fatores que deságuam a favor das empresas que atuam no agronegócio do eucalipto.

Nesse contexto, a expansão dessas monoculturas e de políticas favoráveis ao setor do agronegócio tem levado a diminuição da população camponesa nos últimos anos. Os principais fatores que levaram ao crescimento do êxodo rural estão: a falta de políticas públicas para a agricultura familiar, as dificuldades dos camponeses em produzir em suas propriedades e a expansão das monoculturas em larga escala próximas das comunidades rurais. Esses mesmos fatores levaram também uma boa parte dos moradores do assentamento migrarem para a cidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida no assentamento Amigos da Terra, município de Darcinópolis-TO, teve como enfoque a análise da agricultura familiar, agroecologia e agricultura mecanizada no assentamento. Durante a execução da pesquisa, houve dificuldades para conseguir documentos do INCRA e para conseguir imagens (fotos) antigas do início da criação do assentamento.

No entanto, apesar dessas dificuldades encontradas, conseguimos alcançar nossos objetivos e concluímos a pesquisa. Ao finalizar essa pesquisa, compreendemos as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares no campo para produzir em suas terras. Entendemos que a falta de recursos financeiros, bem como a precariedade de infraestrutura no campo, tem levado muitos a deixar o assentamento e ir morar na cidade. Percebemos que as políticas neoliberais bem como expansão da agricultura mecanizada dentro e no entorno do assentamento ocasionou impactos ambientais nessa região além de está enfraquecendo a agricultura familiar, fazendo-o com que muitos agricultores deixem suas terras e migrem para as áreas urbanas.

Notamos também, que os poucos agricultores que continuar produzindo em suas terras produz uma produção diversificada de arroz, milho, feijão, mandioca, hortaliças, frutas, criação de galinhas e bovinos. Esses produtos são para a subsistência familiar, e quando excedido são comercializados em mercados, feiras, porta-em-porta e via cooperativa.

Nesse contexto, a analisar o avanço agricultura mecanizada no campo e a implementação das políticas neoliberais nos assentamentos, compreendemos que surgem no campo devido a ausências de políticas públicas ofertadas pelo estado para atender agricultura familiar. Nesse sentido, é importante pensar em políticas públicas que ofereça condições financeiras para aquisição de insumos, maquinários e assistência técnica para que esses agricultores consigam produzir em suas terras. Precisa-se, também, pensar em políticas públicas voltadas para a melhoria da infraestrutura do assentamento, como estradas, as ruas da agrovila, espaço de recreações para os jovens e escola de qualidade que atenda alunos do ensino fundamental ao médio.

REFERÊNCIAS

ALVES, Clovis Tadeu; TEDESCO, João Carlos. A revolução verde e a modernização agrícola na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul – 1960/1970. In: **TEORIA E EVIDÊNCIA ECONÔMICA** - ANO 21, 45., 2015, Rio Grande do Sul. **Teoria e Evidência Econômica**. Rio Grande do Sul: Upf, 2016. v. 45, p. 257-281. Disponível em:

https://www.bing.com/search?pglt=41&q=a+agricultura+e%2C+com+isso%2C+acabou+com+a+depend%C3%A2ncia+hist%C3%B3rica+da+produ%C3%A7%C3%A3o+cafeeira+na+agricultura+brasileira&cvid=d783b9c75bf94a7888d44cd65e3dedd4&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBCDExODhqMGoxqAllsAIB&FORM=ANNTA1&PC=NMTS. Acesso em: 31 jul. 2024.

AQUINO, Adriana Maria de et al (ed.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília Df: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p. 517.

AZEVEDO, Letícia Fátima de; NETTO, Tatiane Almeida. Agroecologia: o "caminho" para o desenvolvimento rural sustentável no processo de extensão rural. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v. 19, n. 3, p. 639-645, set./dez. 2015. Revista do centro de ciências naturais e exatas.

BARROS, Silvaney da Silva. **AGROECOLOGIA NO P.A AMIGOS DA TERRA – DARCINÓPOLIS-TO: UMA ALTERNATIVA PARA A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO ASSENTAMENTO**. 2022. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2022. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/4781/1/SILVANEY%20DA%20SILVA-TCC-GEOGRAFIA.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.

BARROS, Silvaney da Silva. PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS: UMA ANÁLISE DO ASSENTAMENTO AMIGOS DA TERRA, EM DARCINÓPOLIS-TO. In: ENANPEGE, 15., 2023, Palmas. **XV ENANPEGE**. Palmas: Realize, 2023. p. 1-10. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV187_MD6_ID2473_TB1041_15112023163634.pdf. Acesso em: 01 ago. 2024.

BERGAMASCO, Sônia Maria; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são os assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense S.A., 1996. 88 p. Coleção primeiros passos; 301.

CALAÇA, Manoel et al. **Territorialização do agronegócio e subordinação do campesinato no Cerrado**. Élisée, Goiania, v. 10, n. 1, p. 1-27, jul. 2021.

CAMPAGNOLLA, Clayton; MACÊDO, Manoel Moacir Costa. Revolução Verde: passado e desafios atuais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 39, n. 1, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/26952>. Acesso em: 23 fev. 2024.

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: Mda/Saf/Dater-lica, 2004. 24 p. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8957511-Agroecologia-alguns-conceitos-e-principios-francisco-roberto-caporal-jose-antonio-costabeber.html>. Acesso em: 21 maio 2024.

CAPORAL, Francisco; COSTABEBER, José; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, 2009.

CARVALHO, Gildene Soares et al (org.). O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO TOCANTINS (PAA): desafios e possibilidades para a valorização da produção de base agroecológica na agricultura familiar. In: ATAMIS ANTONIO FOSCHIERA (Palmas-To). Orgs (org.). **EDUCAÇÃO DO CAMPO E O CAMPO DE ATUAÇÃO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PORTO NACIONAL - TO: prônera, agroecologia e camponeses**. Palmas: Nagô Editora, 2017. Cap. 8. p. 173-188.

CAVASIN, Délcio; FABRINI, João E. Impactos ambientais provocadas pela modernização da agricultura no município de Cafelândia-PR. **Unioeste**, Paraná, v. 1, n. 1, p. 1-22, jan. 2012. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_unioeste_geo_artigo_delcio_cavasin.pdf. Acesso em: 29 jan. 2025.

CEDOC DOM TOMÁS BALDUINO (Brasil). Cpt (org.). **áreas em conflito**. 2006-2022. CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads/category/4-areas-em-conflito>. Acesso em: 31 jul. 2024.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. 1974.

CHELOTTI, Marcelo Cervo et al (org.). **Geografia agrária e diversidades territoriais do campo brasileiro**. Uberlândia Mg: Assis, 2012. 303 p. Impresso no Brasil.

CUNHA, Antonielle Pinheiro da. Diálogos entre geografia e agroecologia: reflexões sobre território, desenvolvimento e colonialidade. **TERRA LIVRE** – N. 43 (2): 170-205, 2014.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. 8. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004. 107 p. Caminhos da geografia.

FARIA, Livia Mara Siqueira. Aspectos gerais da agroecologia no Brasil. **Revista Agrogeoambiental**, Inconfidentes Mg, v. 6, n. 2, p. 101-112, ago. 2014.

FELICIANO, Carlos Alberto. Espaço agrário brasileiro: conflitos e violência a prática da violência no campo brasileiro do século XXI. In: RAMOS FILHO, Eraldo Da Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; SANTOS, Laiany Rose Souza. Org. **A questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: outras expressões. 2016.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2000.

Fernandes, B. M., Movimento social como categoria geográfica, **Terra Livre**, n. 15, p. 59-85, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 24-34, jan/jun. 2005.

GHIZELINI, André A. Michelato; ARAGUÃO, Lucas. Campesinato e Agricultura Familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. **Sinais**, n. 23/1 2019

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

Gonçalves, C. W. P., “Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: uma contribuição à ecologia política da região”, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 107, p. 63-90, 2015.

GONÇALVES, C.W.P. Geografia da violência no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 75, p. 139-169, out. 2006.

GUANZIROLI, Carlos et al (ed.). **Agricultura familiar e reforma agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2001. 284 p.

HARTWIG, Marisa. **MIGRAÇÃO CAMPO CIDADE: TRAJETÓRIAS DE VIDA, TRABALHO E ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS TRABALHADORES**. 2001. Eixo 1: Contradições e perspectivas da globalização na educação dos trabalhadores. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2001/Marisa%20Hartwig.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2022.

HOFFMANN, Helga. **Desemprego e subemprego no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ática S.A, 1980. 184 p. Ensaios, 24. http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/GEOGRAFIA%20RURAL%202016/GRUPO%20M6/ENG_2006_051.pdf.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**: resultados preliminares. IBGE, 2006

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar**: do mito à realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LIMA, Paulo Henrique Silveira; ALMEIDA, Miriam Cléa Coelho. **A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E OS IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS**. São Paulo: Unesp, 2006. 12 p. Disponível em:

LOPES, Alberto Pereira. A expansão do agronegócio no Brasil: as velhas práticas versus as novas práticas nas temporalidades geográficas. **Novos Cadernos Naea**, Belém, v. 20, n. 1, p.95-109, jan. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321053103_A_expansao_do_agronegocio_no_Brasil_as_velhas_praticas_versus_as_novas_praticas_nas_temporalidades_geograficas. Acesso em: 21 maio 2024.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil - as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

MARTINS, J. de S. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo SP: Editora Universidade de São Paulo, 2004.

Martins, J. S., **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec; FFLCH/USP, 1997.

MARX, Karl. **O capital**: a crítica da economia política: livro I. tradução –Reginaldo San’ Anna 25ª edição. Rido de janeiro, Civilização brasileira, 2011

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL E OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO. **Geo Uerj**, [s. l], v. 2, n. 22, p. 290-322, 2011. Disponível em: https://www.bing.com/search?q=A+MODERNIZA%C3%87%C3%83O+DA+AGRICULTURA+NO+BRASIL+E+OS+NOVOS+USOS+DO+TERRIT%C3%93RIO&cvid=c695828c3db547fbbfa87218daa505a0&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBCDEwMzdqMGoxqAIAsAIA&FORM=ANAB01&PC=NMTS. Acesso em: 23 fev. 2024.

MEDEIROS, Anamaria Melo. Campesinato em tempos de agronegócio – entraves para a reprodução camponesa e resistência frente à expansão do capitalismo no campo. Pernambuco: **Revista de Geografia**, v. 32, n. 3, 19 jul. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/229239/23611>. Acesso em: 21 maio 2024.

MENDOÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito agronegócio**. 2013. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26062013-114407/publico/2013_MariaLuisaRochaFerreiraDeMendonca.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio**. Tese (Doutorado) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistência das populações tradicionais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 22, n. 47, p. 296-320, fev. 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6273/4806>. Acesso em: 05 set. 2024.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. De. **A geografia das lutas no campo**. 6. ed. São Paulo: Contexto (Pinsky Ltda), 1996.

OLIVEIRA, Jacson Tavares de; SANTOS, Josefa de Lisboa. O monocultivo de eucalipto como expressão capitalista da busca de territórios de consumo. In: RAMOS FILHO, Eraldo Da Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; SANTOS, Laiany Rose

Souza. Org. **A questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: outras expressões. 2016.

REIS, R. R. O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, n. 86, 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ln/a/ZHct3GQN5bWGLcvzvTMmk4n/>, acesso em janeiro de 2025.

SABOURIN, E. **Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais**. **Estudos Sociedade e Agricultura**: Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2008. Disponível em <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/301>, acesso em julho de 2024

SANTOS, Roberto de Souza. ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA LEGAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS CONFLITOS SÓCIO-TERRITORIAIS. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 1398-1417, nov. 2020. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_3/agb_xxiv_3_web/agb_xxiv_3-25.pdf. Acesso em: 05 fev. 2025.

SENHORAS, Elói Martins S. A reforma agrária, a luta pela terra e os assentamentos rurais: uma questão pública histórico-estrutural em análise. **Formação Econômica**, Campinas, (10): 85-99, jun./dez. 2003. Acesso em dezembro de 2024. Disponível em <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/912/4.pdf>

SILVA, Edson Batista da. **Cercados e a contrapelo: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente em Goiás (1970-2015)**. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), UFG -Goiânia, 2018.

SODRÉ, Ronaldo Barros *et al.* O EMARANHADO DOS CONFLITOS DE TERRA NO CAMPO MARANHENSE. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016, São Luís/Ma. **A CONSTRUÇÃO DO BRASIL: GEOGRAFIA, AÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA**. São Luís/Ma: Agb, 2016. p. 1-10. Disponível em: http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468289994_ARQUIVO_Artigone w.pdf. Acesso em: 31 jul. 2024.

SOUZA, Sérgio Domiciano Gomes de; SOUSA, Maria Losângela Martins de. Efeitos ambientais da modernização agrícola no Brasil: o avanço da agricultura e pastagem nos biomas brasileiros. **Revista Geografias**, Rio Grande do Norte, v. 18, n. 1, p. 63-76; jan. 2022. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/364591936_Efeitos_ambientais_da_modernizacao_agricola_no_Brasil_o_avanco_da_agricultura_e_pastagem_nos_biomas_brasileiros/fulltext/636cb3d054eb5f547cbc700c/Efeitos-ambientais-da-modernizacao-agricola-no-Brasil-o-avanco-da-agricultura-e-pastagem-nos-biomas-brasileiros.pdf?origin=publication_detail&_tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uRG93bmhvYWQlLCJwcmV2aW91c1BhZ2UiOiJwdWJsZW5hdGlviJ9fQ&__cf_chl_tk=wSHnrIWRCQlXr5SXIK6u9CrNMLmP0Oaf1.4Qpj_LLfw-1738160909-1.0.1.1-](https://www.researchgate.net/publication/364591936_Efeitos_ambientais_da_modernizacao_agricola_no_Brasil_o_avanco_da_agricultura_e_pastagem_nos_biomas_brasileiros/fulltext/636cb3d054eb5f547cbc700c/Efeitos-ambientais-da-modernizacao-agricola-no-Brasil-o-avanco-da-agricultura-e-pastagem-nos-biomas-brasileiros.pdf?origin=publication_detail&_tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uRG93bmhvYWQlLCJwcmV2aW91c1BhZ2UiOiJwdWJsZW5hdGlviJ9fQ&__cf_chl_tk=wSHnrIWRCQlXr5SXIK6u9CrNMLmP0Oaf1.4Qpj_LLfw-1738160909-1.0.1.1-NKjPHvjsom_iPzgFGw2_V83toJ5eSLKzY6nsCaEgRqs)
Acesso em: 29 jan. 2025.

UNSCN. The Nutrition Sensitivity of Agriculture and Food Policies. A synthesis of eight country case studies. **United Nations Standing Committee on Nutrition**, March, 2014.

VALADARES, Alexandre Arbex et al. **OS SIGNIFICADOS DA PERMANÊNCIA NO CAMPO: VOZES DA JUVENTUDE RURAL ORGANIZADA**. In: BRASÍLIA. Enid Rocha Andrade da Silva. Ipea (org.). Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas. Df: Ipea, 2016. Cap. 2. p. 59-78. Disponível em: https://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/livro_dimensoes-IPEA.pdf#page=61v. Acesso em: 18 maio 2022.

ZAMBENEDETTI, Lidiane et al. Revolução Verde: história e impactos no desenvolvimento agrícola. In: LIMA, Francisco de Sousa (org.). **AGRICULTURA E AGROINDÚSTRIA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**. Guarujá-S/P: Cientifica Digital, 2021. p. 1-420. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/books/978-65-89826-97-2.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2025.

ANEXOS (Roteiro de entrevistas)

SILVANEY BARROS

ENTREVISTA COM OS MORADORES DO ASSENTAMENTO

1. DADOS GERAIS:

- 1.1- Nome do entrevistado: _____ (opcional)
- 1.2- Escolaridade: _____
- 1.3- Naturalidade: _____
- 1.4- Estado civil: _____
- 1.5- Idade: _____
- 1.6- Tem filhos: () sim () não
-Caso sim, quantos: _____
- 1.7- Desde que ano vivem no assentamento: _____
- 1.8- Como conseguiu o lote: _____

2. PERGUNTAS REFERENTE AO ASSENTAMENTO AMIGOS DA TERRA

- 2.1- Quais bens tinham antes de vir para o assentamento:

- 2.2- Quais destino dos bens ao vir para o assentamento:

- O que motivou a vir morar no assentamento:

- 2.3- Qual (ais) foi (ram) as entidades (s) ou órgão (ãos) que lhe apoiaram quando chegou no assentamento:

-
- This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

-
-
-

- () sim () não

-
-

- Você consegue produzir na propriedade: () sim () não

-Se sim, o que você produz:

-Se sim, consegue tirar uma renda com a produção da terra, que dê de sustentar você e sua família: () sim () não

-Se não, qual (ais) o motivo (os) lhe impossibilita de ter uma renda trabalhando na propriedade.

2.9- Qual modelo de agricultura trabalhado na Terra por você?

() convencional () agroecológica () mecanizada

Houve dificuldade para produzir na Terra no início de criação do assentamento?

() sim () não

Se sim, quais foram?

2.10- Com relação a expansão das monoculturas de eucalipto, soja, milho entorno e dentro do assentamento, você futuramente pretende vender ou arrendar sua propriedade: () sim () não

-Caso sim, por qual (ais) motivo (os):

2.11- A expansão das monoculturas de soja, eucalipto e milho no entorno e dentro do assentamento têm gerado algum benefício para a comunidade?

() sim () não

Se sim, quais benefícios?

2.12- A expansão das monoculturas de soja, eucalipto e milho no entorno e dentro do assentamento têm causado algum impacto ambiental ou social para a comunidade?

() sim () não

Se sim, quais são?

2.13- Você tem algum emprego ou trabalham em alguma empresa:

() sim () não

2.14- Se sim, o que levou a trabalhar nessa empresa:

2.15- Você estuda: () sim () não

-Caso sim, estuda no: () assentamento () na cidade

-Caso seja na cidade, o que levou a estudar na cidade:

-Caso não, deseja estudar futuramente: () sim () não

2.16- Caso a resposta anterior seja não, qual (ais) fator (res) que impossibilitam a você de estudar:

2.17- Em relação a você e sua família, deseja sair do assentamento algum dia para morar na cidade:

() sim () não

-Caso sim, qual (ais) o (os) motivo (os):
